



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 3

1.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 27 de dezembro de 2013

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze, nesta cidade de Portalegre e no Auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Jorge Luís Lourinho Mangerona, António Adriano de Ascensão Pires Ventura, Jorge Manuel Martins Isidro Domingues, Hugo Chichorro e Silva Capote, João Nuno Cativo Cardoso, Luís David de Moreira Testa, José Manuel Marques de Matos Rosa, José Miguel Moreira Serafim, Maria da Conceição Barradas Grilo, Amândio José Valente e Valente, Constantina do Rosário Frota Nunes Andrade Henriques, Luís Manuel Neves Pires Barata, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Maria da Conceição Ceia Miranda, Ana Maria Soares Lopes, Rui Guerreiro Marques Simplício, Fernando José Patrão Areias, Luís Miguel Páscoa Alentejano, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Diogo Júlio Cleto Serra, Vera Alexandra Narciso Caixeiro, Luís Miguel Candeias Ricardo, Manuel Joaquim Lação Carvalho, João Hermínio Henriques Janeiro, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Artur Jorge Coelho Correia. -----

O Presidente da mesa, Jorge Mangerona, deu por aberta a sessão, eram 21:15 horas. Relembrou que naquelas reuniões ordinárias tinham um período inicial destinado ao público (Art.º 31.º do regimento) e perguntou se alguém desejaria intervir. -----

Intervenção do Público:

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, deu o Presidente da Mesa da Assembleia a palavra ao público presente na sala, informando de que dispunham de um período máximo de cinco minutos para colocarem as questões que pretendessem. Não houve qualquer intervenção a registar. -----

Período antes da Ordem do Dia:

O Presidente da mesa informou que, de acordo com o art.º 52.º da Lei 75/2013, aquele período teria uma duração de sessenta minutos. Foi lido o expediente recebido nos serviços administrativos da Assembleia Municipal. Referiu que tinha havido reunião de representantes, na qual foi definido que, de acordo com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

o ponto 3-C, do art.º 32.º do regimento, cada grupo iria dispor de três minutos para fazer as declarações políticas que tinham ficado adiadas nas outras duas sessões da Assembleia. -----

Solicitando o uso da palavra, João Nuno Cardoso, representando a Coligação Livre e Independente por Portalegre (CLIP) - apresentou os cumprimentos à mesa, ao executivo e aos restantes eleitos, bem como ao público que muito os honrava, pela sua presença. Referiu que Portalegre tinha votado de forma expressiva, nas últimas eleições autárquicas, na CLIP. A CLIP reuniu pessoas dos mais variados setores sociais e profissionais, livres de condicionalismos partidários e ideológicos, mas com ideias e, acima de tudo, abertos a todos os entendimentos que pudessem conduzir a um futuro melhor. Ninguém era dono da verdade e eles também não. Mais disse que prosseguiriam o seu caminho com passos firmes, acolhendo as boas ideias, respeitando as ideias com as quais não concordam e dando cada vez mais espaço para ouvirem as ideias de todos os Portalegrenses. Na realidade, a CLIP era muito mais do que aqueles que tinham sido eleitos e queriam aproximar as pessoas das decisões e abrir as discussões da Cidade a todos que nela vivem. Acima de tudo, estariam sempre ao lado do Concelho, defendendo os seus interesses e trabalhando afincadamente para o seu desenvolvimento. Disse, inclusive, que o compromisso que assumiram no dia das eleições foi com Portalegre e com os portalegrenses e iriam trabalhar para o futuro da Cidade onde queriam continuar a viver e onde os filhos também queriam continuar a viver. Não quis deixar de referir que a maioria que tinham naquela Assembleia não era um salvo-conduto para a arbitrariedade, mas sim uma oportunidade para demonstrar que era possível trabalhar com responsabilidade, criar consensos e envolver todos os que queriam o melhor para a cidade. Em conclusão, disse que não procuravam poder e protagonismo e o que tinham feito até então foi pugnar pela participação de todos, eleitos democraticamente, sempre que tal foi necessário, pois estavam ali pela vontade de servir Portalegre.-----

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa, em representação do Grupo do Partido Socialista – PS – disse que o seu partido ia ali fazer o que deveria ter feito na última reunião, ainda que a mesma tivesse sido extraordinária. O PS ia reafirmar o seu único compromisso para com Portalegre e com aqueles que cá moram e trabalham. O PS reafirmava ali o seu papel interventivo de fiscalização por natureza legal e de oposição por vontade da população, bem como o papel de solução, de proposta, de reivindicação pelo Concelho e de combate pelos interesses dos portalegrenses. Referiu que na política, como em tudo na vida, nada era preto ou branco. Rebatiam a ideia dos que pensavam existir somente duas ideias, a deles e a errada, porque na política a discussão que se fazia não era entre um bem e um mal, mas sim em torno de ideias e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

propostas, independentemente dos seus autores ou defensores. Acrescentou que Portalegre tinha padecido demasiado com oposições históricas e com poderes estéreis. Pior do que a oposição pela oposição, vulgo da terra queimada, eram os poderes autistas que não encontravam nada de benéfico nas propostas das oposições. Disse ainda que o que defendiam era o relacionamento político de urbanidade justa e leal, onde o confronto político, por mais duro que fosse, não servisse de desculpa à falta de compromisso em territórios de encontro. Portanto, nada do que se disse ou dissessem ali seria pessoal porque, das duas, uma: ou não se conheciam suficientemente para fazerem afirmações de natureza pessoal; ou conheciam-se muito bem a ponto da relação pessoal estar para além daquilo que ali se dizia. Tudo e o que todos ali diziam era política e política era o debate de ideias para que se encontrasse a melhor das soluções ou, na sua falta, a melhor solução possível. O desígnio do PS era: de acordo com a legitimidade conferida pela população de Portalegre, que ali seria igual para todos, pois o Município e o Concelho não era daqueles que ganhavam, mas sim de todos os eleitos e, principalmente, dos eleitores. Por último, disse que seriam fiéis ao programa e, mais ainda, a Portalegre e à República. Por todos – Viva Portalegre. -----

Solicitando o uso da palavra, Hugo Capote disse que a CDU, a exemplo daquilo que sempre fez nos órgãos autárquicos onde esteve eleita e representada, embora nunca tenha tido à sua responsabilidade os destinos do Concelho, iria pugnar por aquilo que sempre defendeu: os seus ideais, os seus propósitos e um nível de compromisso com aquilo que achavam ser o melhor para todos os portalegrenses. Desejou o melhor trabalho possível aos eleitos e que não entendessem nenhum ataque como sendo pessoal.-----

Solicitando o uso da palavra, Cristóvão Crespo pretendeu fazer uma breve declaração inicial, para dar nota de que os membros do PSD na Assembleia Municipal iriam ter uma postura responsável na defesa dos interesses dos munícipes e do Município. Não iriam fazer oposição, mas sim estar do lado da resolução dos problemas, embora com alguma exigência no escrutínio, que obrigaria a possuírem toda e qualquer informação relevante para a tomada de decisões. Referiu ainda que iriam seguir uma postura construtiva e a favor do desenvolvimento do Concelho, na salvaguarda dos interesses do Município e do bem-estar da população. -----

O Presidente da mesa informou que, de acordo com o ponto 1-A do art.º 29.º da Lei 75, competia à mesa elaborar o projeto de regimento da Assembleia Municipal, ou propor a constituição de um grupo de trabalho. No seu entendimento, deveria formar-se um grupo de trabalho, pelo que, solicitou que no mais breve espaço de tempo fosse indicado o representante para integrar o mesmo. Mais disse que, na última reunião de representantes, também tinha sido questionado o apoio técnico ao Executivo, o qual seria analisado no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

âmbito do regimento. Portanto, assim que possível, solicitou que entregassem a proposta de elementos para o grupo de trabalho e para se agendar a respetiva reunião. Perguntou se alguém se opunha. Uma vez que ninguém se opôs, continuou com o período antes da ordem do dia.-----

No uso da palavra, Hugo Capote disse que o grupo da CDU tinha um voto de louvor, uma declaração política e um pedido de alteração da ordem de trabalhos para colocar à mesa. -----

No uso da palavra, Diogo Júlio, em nome da CDU, fez a seguinte declaração política:

“O concelho de Portalegre vive hoje uma situação de grande dificuldade económica e social, com os portalegrenses flagelados pelo desemprego, pela pobreza e pela exclusão. É uma situação que se estende a todo o distrito e que não chegou com a crise económica e financeira em que o País mergulhou e que nos levou à situação de ocupação por entidades estrangeiras que alguns teimam em apelar de amigos. Na verdade, a crise foi apenas o acelerador de resultados das políticas, que ao longo dos 37 anos foram impostas à região. Políticas que não assumiram os investimentos necessários e se pautaram pelo desbaratar de recursos para alimentar vaidades pessoais, ou de grupo, ou pelo desinvestimento e destruição de infraestruturas fundamentais para o desenvolvimento económico, para melhorar a atratividade de investimentos e de pessoas e sobretudo para criar condições de vida e de trabalho para os portalegrenses. Os que entre nós, no desempenho de funções públicas, pactuaram com as políticas de destruição e pactuaram com as medidas que levaram à destruição das unidades industriais e à sistemática retirada de serviços para outras cidades, dentro e fora da região, são também eles tão responsáveis por esses resultados como são os que agora fingem não ver, não ouvir, não sentir o definhar do Concelho e da Cidade. Hoje, os resultados dessas políticas de destruição do tecido produtivo, concelhio e regional e de muitos dos nossos recursos são, infelizmente, bem visíveis: Pobreza, envelhecimento e despovoamento. Subir a Rua do Comércio é hoje um exercício doloroso, porque nos mostra a destruição das nossas indústrias tradicionais: a Fino's, a fábrica de lanifícios que hoje é a sede do banco alimentar contra a fome e o definhar do comércio tradicional com dezenas de lojas encerradas e todas as outras ameaçadas de morte, a curto prazo, face às situações de desemprego, de salários em atraso, de cortes sistemáticos e brutais nos rendimentos das famílias, flagelam os portalegrenses. Portalegre, e em particular a sua população mais debilitada, está hoje submetida a enormes dificuldades, com um número significativo de famílias a verem-se obrigadas a recorrerem a instituições diversas para poderem sobreviver. A situação tende a agravar-se face às decisões dos governantes que, à distância, impõem as decisões das forças de ocupação que alguns teimam em chamar e tratar como amigos e que já todos conhecemos. Os ataques persistentes e brutais contra o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

serviço nacional de saúde que levaram já à diminuição de camas no Hospital Distrital de Portalegre e à perda de valências e horários nos Centros de Saúde; as políticas de desmantelamento da escola pública concentram alunos, aumentam as turmas e atiram para o desemprego um número crescente de professores; a manutenção do isolamento que nos têm votado com o desmantelamento do caminho-de-ferro, a diminuição de transporte rodoviário e o afastamento das vias rodoviárias de qualidade. O Governo prepara agora o encerramento da direção de finanças, mantém a ameaça sobre a manutenção do CIP da GNR e do ensino do politécnico e asfixia o Município, impedindo-o de ser a almofada capaz de amortecer os piores impactos das suas péssimas políticas. Estas políticas, a não serem travadas, aumentarão as dificuldades do Concelho. Ao desemprego existente em Portalegre (2295) somam-se centenas de pessoas com salários em atraso; aos reformados e pensionistas com pensões de miséria juntar-se-ão outros desempregados e continuará a crescer o número dos que empobrecem trabalhando. Não tem que ser assim! A situação que nos está a ser imposta pode e deve ser alterada. As políticas de submissão aos interesses de quem ganha com o empobrecimento da região e do Concelho, podem e devem ser travadas. Para tanto é fundamental, na nossa opinião, para o ataque ao poder local democrático e garantir os meios necessários ao Concelho para que este possa assumir-se como motor para o desenvolvimento de todo o Distrito. Travar as medidas de esvaziamento da Cidade através da deslocalização de serviços públicos; garantir a manutenção na Cidade do CIP da GNR; melhorar a qualidade dos serviços públicos da administração pública; aumentar a capacidade aquisitiva dos trabalhadores e assumir a defesa e não o confronto com a constituição da República e com os direitos, liberdades e garantias que esta consagra. Esta é a nossa opinião! Para ela convidamos todos!”

O Presidente da mesa lembrou que o tempo atribuído para as declarações políticas de cada grupo era de apenas 3 minutos, dispondo de 1 minuto para quem quisesse perguntar e 2 minutos para as respostas, conforme o disposto na alínea c), ponto 3 do Regimento da Assembleia. -----

Voto de Louvor – CDU – Hugo Capote

“Propomos que a Assembleia Municipal de Portalegre, reunida no dia 27 de dezembro de 2013, envie um voto de louvor ao Ministro da Saúde, pela vontade expressa aos órgãos de comunicação social locais de realização de obras de melhoramento, o mais depressa possível, no serviço de urgências e no serviço de cirurgia do Hospital Distrital de Portalegre, na sequência da recente visita que efetuou ao referido Hospital. Não podemos deixar de referir e lamentar o atraso com que as mesmas se irão realizar, fruto de todos os constrangimentos e burocracias inerentes ao contexto financeiro em que vivemos. A Assembleia Municipal de Portalegre não pode deixar de manifestar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

a sua firme intenção de pugnar pelo alargamento das valências e serviços de saúde no Distrito de Portalegre, sempre numa perspetiva de utilização mais racional dos recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis. Como tal, e assumindo integralmente o papel de Assembleia Municipal do Concelho, capital de Distrito, solicitamos ao Presidente da Assembleia Municipal de Portalegre que agende o mais rapidamente possível uma discussão sobre os cuidados de saúde no Distrito de Portalegre.” Referiu ainda ser verdade que os grupos municipais também tinham aquela prerrogativa e, caso o Presidente não a utilizasse, era intenção deles tentar agendar para breve uma discussão sobre a acessibilidade aos cuidados de saúde no Concelho e no Distrito de Portalegre.

O Presidente da mesa disse existirem duas situações diferentes: o voto de louvor, o qual teria de ser posto à consideração, e havia uma proposta que deveria utilizar as figuras regimentais, para que fosse agendado. Relativamente ao voto de louvor, perguntou se algum dos membros se queria pronunciar. Não havendo, teriam de passar à votação do mesmo. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de louvor apresentado pela CDU. -----

Solicitando o uso da palavra, Raúl Cordeiro, ao abrigo das questões políticas de interesse relevante, disse que gostaria de fazer duas declarações: uma sobre a relevância política da Assembleia Municipal de Portalegre adotar um registo de interesses, há semelhança do que existia para os deputados da Assembleia da República, o qual contemplava a previsão de poder acontecer para os membros das Assembleias Municipais e dos órgãos autárquicos; a outra declaração seria sobre a acessibilidade aos cuidados de saúde no Distrito. Naquele âmbito, entendia que se devia recorrer ao agendamento de uma sessão na Assembleia, para discussão sobre a redução da capacidade instalada em camas de internamento, a acessibilidade a cuidados de saúde das populações e sobre a política de colocação de doentes mentais crónicos noutras instituições, fora do Distrito, desenvolvida pela ULSNA. Considerou também de interesse político relevante que fosse convidada para o efeito a administração da ULSNA, para prestar os esclarecimentos à Assembleia Municipal. Solicitou ainda à Presidente da Câmara os seus bons ofícios no sentido de efetuar o contacto com a referida administração e para que, em reunião futura, informasse a Assembleia sobre o assunto. -----

O grupo do Partido Socialista entregou à mesa da Assembleia a seguinte proposta:

“Considerando as disposições do artigo 10.º do Regimento da Assembleia Municipal de Portalegre, sobre “Perda de mandato”, descrevendo as várias situações em que nenhum membro da Assembleia Municipal pode intervir em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado do Município de Portalegre, em transcrição das determinações da Secção VI, titulada das “Garantias de Imparcialidade”, artigo 44.º e seguinte, do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro. Considerando as disposições igualmente previstas no artigo 10.º do Regimento da Assembleia, sobre a “Perda do Mandato”, assim como no articulado do Regime Jurídico da Tutela Administrativa, Lei n.º 27/96, de 1 de agosto, Lei da Tutela Administrativa, designadamente os seus artigos 7.º e 8.º. Considerando ainda o referido no artigo 7.º-A, da Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, com as alterações introduzidas pelas várias Leis da República, embora atribuindo o carácter facultativo à criação do registo de interesses, chama a atenção para a necessidade de serem acautelado, na gestão da atividade municipal, os princípios da imparcialidade e isenção.

Considerando também que o IGAL recomenda “um registo de interesses Municipal onde constem todas as atividades suscetíveis de gerara incompatibilidades ou impedimentos e quaisquer atos que possam proporcionar conflitos de interesses”.

A Assembleia Municipal de Portalegre delibera:

1 – Instituir o Registo de Interesses Municipal do Município de Portalegre para o continuado reforço dos princípios da imparcialidade, transparência e isenção.

2 – O Registo de Interesses é criado ao abrigo do n.º 1, do artigo 7.º-A, da Lei n.º 64/93. De 26 de agosto.

3 – No Registo de Interesses devem constar todas as atividades ou interesses dos Eleitos Locais suscetíveis de gerar incompatibilidades ou impedimentos e/ou gerar conflitos de interesses.

4 – Do registo de Interesses dos Eleitos Locais com as incompatibilidades ou impedimentos e/ou conflitos de interesses exarados, resultantes das normas em vigor, nomeadamente na Lei n.º 69/93, de 26 de Agosto, deverá constar em especial as seguintes situações:

a) Atividade pública ou privada, nomeadamente atividades comerciais ou empresariais e, bem assim, o exercício de profissão liberal;

b) Desempenho de cargos sociais, mesmo que sejam a título gratuito;

c) Apoios ou benefícios financeiros ou materiais recebidos para o exercício das atividades respetivas, designadamente de entidades estrangeiras;

d) Entidades a que sejam prestados serviços remunerados de qualquer natureza;

5 – O Registo de Interesses tem natureza pública, podendo ser consultado por todos os cidadãos que invoquem interesse no seu conhecimento, devendo o facto ser do conhecimento antecipado dos Membros da Conferência dos Representantes dos Grupos Municipais e do Eleito Local respetivo;

6 – O registo de Interesses constando de documento escrito, cujo conteúdo declarado é da responsabilidade de cada Eleito Local, é arquivado em pasta e local próprio e fica à guarda do Presidente da Assembleia Municipal;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

7 – A declaração do Registo de Interesses constitui dever de cada Eleito Local, a ser apresentado no prazo até 60 dias após a tomada de posse de início de mandato e sempre que existam alterações relativamente ao registo inicial;

7.1 – O prazo até 60 dias aplica-se ao presente mandato, iniciando-se no dia seguinte à sua aprovação;

8 – Quando do exercício de funções em regime de substituição for igual ou inferior a 30 dias o Eleito Local empossado não é obrigado a apresentar o Registo de Interesses;

8.1 – Deve no entanto informar a Mesa, em função das matérias em apreciação pelo plenário da Assembleia, da existência de incompatibilidade, impedimento ou conflito de interesses;

9 – O formulário do Registo de Interesses é da responsabilidade da Conferência dos Representantes dos Grupos Municipais;

10 – O não cumprimento culposo dos Eleitos Locais diretamente eleitos, ou exercendo o mandato por inerência ou em regime de substituição, dos deveres inscritos na presente deliberação devem ser comunicados à Procuradoria-Geral da República/Ministério Público;

11 – A presente deliberação entra em vigor no dia seguinte à sua aprovação.”

O Presidente da mesa informou que, relativamente às questões apresentadas, iriam ser apresentadas as figuras regimentais, determinadas no art.º 53.º da Lei 75/2013 e no art.º 22.º, 3.B do Regimento. No entanto a mesa teria em consideração as propostas para um futuro agendamento. Perguntou se alguém teria alguma coisa a acrescentar naquele assunto. -----

No uso da palavra, o membro Luís Testa fez uma interpelação à mesa e solicitou esclarecimentos, no sentido de saber porque é que não existia a possibilidade de que a proposta do PS fosse discutida e deliberada no decorrer daquela reunião. -----

O Presidente da mesa disse que a mesma não tinha sido agendada e, portanto, não seria possível deliberar sobre a mesma. Relembrou que já na conferência de representantes tinha sido dito ao representante do PS que teria toda a liberdade, dentro das figuras regimentais, para agendar e propor quaisquer pontos. -----

O membro Luís Testa colocou, novamente, uma interpelação à mesa e perguntou quando é que tinha ocorrido a reunião da conferência de representantes, assim como a expedição da convocatória. -----

O Presidente da mesa informou que a conferência de representantes tinha ocorrido no dia 23. Questionou o membro Luís Testa sobre a urgência daquela discussão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse não perceber era a falta de urgência da discussão. -----

O Presidente da mesa disse que poderia colocar a questão à consideração da Assembleia. Contudo, o objetivo ali era o de cumprir o regimento e o que a Lei dizia naquele âmbito era que: “A ordem do dia deve incluir os assuntos indicados pelos membros do respetivo órgão, desde que sejam da competência deste e que o pedido correspondente seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de 5 dias úteis sobre a data da sessão ou reunião, no caso das sessões ou reuniões ordinárias e 8 dias no caso das sessões extraordinárias.” -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo lembrou à mesa que o membro Hugo Capote tinha pedido a possibilidade de se alterar a ordem de trabalhos e, da parte do PSD, também existia interesse na referida alteração, ou melhor, antecipar os pontos 20 e 21 (orçamento e GOP) para o início, uma vez que a matéria seria mais relevante, obviamente sem menosprezar os restantes pontos. -----

O Presidente da mesa disse ser também aquela a intenção e, inclusive, alterar a ordem, ficando a discussão dos dois pontos em conjunto e a votação em separado. Mais informou os membros de que a discussão dos pontos 10 e 11, respeitantes aos SMAT, também seriam em conjunto e a votação separadamente. Colocou à consideração da Assembleia. -----

No uso da palavra, Hugo Capote disse não ser somente alterarem-se os pontos 20 e 21 para o início da ordem de trabalhos, mas sim logo a seguir à informação da Presidente da Câmara, pois teria mais lógica. -----

O Presidente da mesa concordou com a proposta e pôs à consideração dos membros da Assembleia. Não havendo ninguém a opor-se, foi colocada à votação.-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração à ordem de trabalhos proposta pela CDU. ----

O Presidente da mesa informou que iriam passar à ordem do dia e que a Presidente da Câmara, de acordo com o art.º 64.º do Regimento, dispunha de cerca de 10 minutos para fazer a apresentação da atividade municipal. -----

ORDEM DO DIA:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

1 – Informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação;

Presentes os relatórios do executivo camarário respeitante à atividade municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da mesma. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara Municipal cumprimentou os presentes e informou que o relatório enviado espelhava as atividades e era o documento que o executivo ali lhes apresentava e colocava à consideração da Assembleia Municipal, estando abertos a qualquer questão que fosse necessária.-----

Solicitando o uso da palavra, Hugo Capote disse ser difícil, em 122 páginas dos relatórios, encontrar ali algo de importante. Curiosamente, ou não, o que não encontrou foi um dos assuntos mais importantes e que tinha suscitado uma espécie de “onda de solidariedade”, que arrastou a cidade, encabeçada pela Presidente e com direito a duas conferências de imprensa. Contudo, não viu uma única palavra sequer sobre a questão da GNR. Pelo que leu, a Câmara não tinha feito nada para manter ou vender caro o quartel da GNR/Centro de Formação de Praças. Relembrou que na última Assembleia Municipal já se quis falar sobre o assunto mas, como a sessão era extraordinária, tal não foi possível. Portanto, talvez naquela sessão soubessem algo mais. -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro referiu que aquela vasta informação das 122 páginas, juntamente com os 21 pontos da ordem era pesada. De qualquer forma, sem querer ser arauto de nenhum tipo de perfeição em relação àqueles documentos, disse que os mesmos tornaram-se cansativos de ler, pela forma como estavam escritos. Na sua opinião, talvez fosse de repensar a metodologia do próprio documento, por ser exaustivo demais, nalguns pontos, e noutros pontos onde, provavelmente, poderia ser mais exaustivo, não o era. Existiam ali questões colocadas que tinham a ver com a atividade normal dos vários serviços da Câmara, mas seria importante saber que consequências e que produtos é que resultavam daquelas iniciativas, até mais do que a própria iniciativa, ou melhor, quando se informava de que se tinha feito uma entrevista com alguém, o importante seria ficar com uma ideia do que tinha sido o resultado. Acrescentou que havia ali atividades que decorriam da atividade normal da Câmara e, contudo, o mais interessante seria perceber o que é que resultava das muitas iniciativas tomadas. Mais referiu que eram também apontadas muitas estatísticas, como as assistências às iniciativas culturais mas, no entanto, não constavam as estatísticas dos públicos do CAEP. Por outro lado, existiam outras questões preocupantes, como por exemplo o “Plano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de Intervenção no Espaço Rural – antiga Fábrica do bagaço”, sobre o qual questionou a Presidente como é que tinha sido possível tal situação ter chegado até onde chegou, sem ter tido qualquer resolução? Como é deixaram a situação ocorrer e, posteriormente, ter-se arrastado no tempo sem ter ainda uma solução concreta? O que é fazia falta para ficar resolvida a questão e para quando? Que papel teve a fiscalização da Câmara naquele processo? Visto não existirem dados que permitissem ter informação sobre o assunto em causa, solicitou esclarecimentos.-----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse não haver forma perfeita de apresentar aquele tipo de informação. No seu entender, toda a informação que lhes era enviada, fosse a que nível fosse, era importante e, portanto, havia ali dois níveis de importância da mesma: uma quase estatística e com interesse; outra que seria relevante, em termos políticos, sobre o que era a ação da Câmara. Pareceu-lhe ser importante condensar mais os aspetos relevantes no período da informação da Presidente e, depois, toda a outra informação estatística.-----

No uso da palavra, a Presidente considerou que não era fácil elaborar um plano de atividades e que a metodologia tinha sido mudada. Poderiam melhorar ainda mais e todas as sugestões seriam aceites. Quanto à questão da Escola da GNR, informou terem sido tomadas algumas diligências. Na sequência da conferência de imprensa, o Ministro da Administração Interna deslocou-se a Portalegre, mais concretamente ao Centro de Formação de Praças, para fazer um levantamento exaustivo de todo o equipamento existente naquele espaço e, passado algum tempo, falou com o secretário de Estado, o qual lhe pediu mais alguns elementos. Disse ter também falado com o Comandante Geral da GNR sobre o assunto. Acrescentou que os telefonemas efetuados foram na tentativa de perceber qual seria o impacto da saída do CIP da Cidade. Na sequência dos mesmos houve uma visita do secretário de Estado, em que visitou as instalações da PSP, pois o espaço entrará em obras, assim como também visitou o edifício onde se encontra a CERCI, o qual é propriedade do Ministério da Defesa e no decorrer da conversa, apercebeu-se de que devido aos esforços de todos e do facto de haver vontade política para que a Escola continuasse em Portalegre, embora sem se saber, concretamente, em que moldes viria a acontecer. Mais referiu que tem dado conta de todas as diligências, a nível das reuniões de Câmara e, portanto, todos os Vereadores estavam a par dos acontecimentos. Na sua opinião, havia vontade, embora o Ministro tivesse a última palavra, para que as coisas ficassem bem encaminhadas. Relativamente à questão da existência do plano de intervenção no espaço rural era algo que já vinha do anterior Executivo e que estavam a tentar resolver. No plano agora ali apresentado tinham sido envolvidas todas as entidades: a CCDR, o Parque Natural, a RHTejo e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

mesmo encontrava-se atualmente em conferência de serviços. Aquele era o procedimento correto e legal para resolver a questão. -----

No uso da palavra, Luís Testa perguntou à Presidente da Câmara se, de futuro, algum munícipe lhe apresentasse um problema do mesmo género se estaria em condições de lhe garantir condição de igualdade, relativamente àquela questão, e também dizer-lhe que iria desenvolver todos os esforços na legalização de empreendimentos de idêntica natureza.-----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara esperava que não lhe aparecessem muitos munícipes com situações daquelas, mas sim que logo de início se tomassem os procedimentos corretos. No entanto, quando os problemas já existiam, estavam ali para os resolverem e para simplificar a vida às pessoas. Todos teriam o mesmo tipo de tratamento na Câmara, sempre dentro da legalidade.-----

No uso da palavra, Hugo Capote, no seguimento da questão da CIP/GNR, em que tinha sido enviada uma carta a vários titulares de órgãos de soberania a solicitar uma reunião, no mais curto espaço de tempo possível, perguntou se a mesma já tinha ocorrido ou se já estaria agendada? Perguntou ainda se o secretário de Estado que visitou as instalações e que, de certa forma, se tinha comprometido na manutenção do quartel cá, era aquele se recentemente se tinha demitido do Governo?-----

Em resposta, a Presidente da Câmara disse que não, pois um deles era da proteção civil e outro era da administração interna; tinham pastas diferentes. ---

Solicitando o uso da palavra, Rui Simplício disse ter ficado na dúvida, quanto à resposta da Presidente de Câmara, no sentido de que teria herdado a situação em causa. Perguntou se, tal tinha começado no mandato anterior, em que também tinha sido Presidente nos dois últimos anos. Perguntou também qual o papel que teve a fiscalização da Câmara, nos últimos dois anos e a atual. -----

Novamente no uso da palavra, a Presidente informou que nenhuma das entidades deu conta e que a herança já viria do outro mandato. O que tinha sido desenvolvido recentemente foi o PIER, em conjunto com o promotor, na tentativa de ser encontrada uma solução, dentro da legalidade. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que o que a Presidente tinha acabado de informar à Assembleia foi que ao longo do tempo de construção daquele empreendimento, com aquela envergadura, os serviços do Município não tinham dado pela existência da edificação contínua, durante tantos meses. Presumiu que para construir aquele equipamento fossem precisos vários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

meses e seria que nunca teria havido qualquer reporte, por parte das divisões da Câmara, ao Executivo? -----

A Presidente da Câmara disse que tal como o membro Luís Testa presumiu ela também o fez. Ressalvou o facto de só ter tido conhecimento de tal quando assumiu as funções de Presidente da Câmara. -----

Usando da palavra, Luís Testa perguntou por outras palavras se, depois de verificada a existência daquele problema, a Presidente tinha ordenado que fossem averiguadas quais as comunicações das divisões competentes, ao longo do tempo, relativamente àquela matéria.-----

A Presidente da Câmara disse que quando tomou posse o edifício já estava construído e, portanto, o que fez foi chamar o promotor e tentar resolver, legalmente, o assunto. Recentemente, o que tinham feito foi envolver os implicados em torno do problema e tentarem resolvê-lo. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa referiu que, em situações daquelas e tendo em conta de que os organismos públicos eram responsáveis, tanto pelos seus atos, como pelas suas omissões, requereu à mesa que da gravação daquela sessão fosse extraída a totalidade para a ata, reduzida a escrito e entregue ao grupo municipal do PS para interpor a participação competente. ---

O Presidente da mesa disse ter tomado nota do requerimento apresentado e informou que, no devido tempo, o mesmo seria respondido. -----

No uso da palavra, Hugo Capote pretendeu colocar mais duas questões. A primeira era relativamente ao Museu Guy Fino, sobre o qual gostaria de saber o que é que se tinha passado desde que a antiga proprietária de parte do espólio o retirou de lá e que, de certa forma, privou o espaço de grande parte da sua riqueza patrimonial. Assim como, tentar saber o que é que tinha sido feito para resolver aquela situação. Perguntou ainda à Presidente da Câmara se tinha confiança em todos os Vereadores ou se teria pensado, inicialmente, que alguns deles nunca chegassem a entrar? A sua questão era inerente ao facto do número de competências atribuídas pela Presidente aos mesmos. Estariam ainda à experiência? -----

A Presidente da Câmara informou que tinha toda a confiança nos seus Vereadores. Pura e simplesmente, estava a terminar alguns processos que já vinham detrás para depois, no início do ano, entregar alguns dos pelouros. Relativamente à questão do Museu, disse terem sido feitas diligências junto da Dr.^a Vera Fino e que o Museu continuava aberto, com exposições a decorrer e, obviamente que o desejo era para que existissem melhores relações com a manufatura das tapeçarias de Portalegre, pois não se tratava de património que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

se pudesse descurar, por ser de todos nós, de Portalegre, do País e tinha de ficar cá e ser uma bandeira da Cidade.-----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro, relativamente à questão da delegação de competências, perguntou à Presidente da Câmara se no processo que se tinha desenvolvido e que foi aprovado por maioria, em reunião de Executivo, ficaram identificadas as áreas em que se pretendia autorizar despesas até 750.000,00€. Pela leitura dos documentos, disse que seria fácil de perceber para as quais é que poderia ser, pois só seria possível para algumas e não para todas, uma vez que nem todas as verbas excediam o montante fixado. Portanto, por uma questão de transparência, desafiou a Presidente a dizer ali em que competências é que a mesma pretendia autorizar despesas superiores àqueles montantes.-----

A Presidente da Câmara disse que, em todas as capitais de Distrito, os Presidentes da Câmara tinham aquela competência, dentro da legalidade. O valor em causa, 750.000,00€, sempre assim foi, só que noutra altura eram em escudos e eram sujeitos a procedimentos da contratação pública. Portanto, afirmou não ter o poder de usar aquele montante conforme queria e lhe apetecia, pois existiam regras que os sujeitavam e limitavam. Disse ainda que adoraria ter muitos 750 mil para utilizar, porque, infelizmente, a Câmara de Portalegre está numa situação financeira muito complicada. Quanto às áreas, referiu que não terá problema algum em dizer, depois, as quais serão.-----

Novamente no uso da palavra, Raúl Cordeiro questionou a Presidente, na medida em que, se a delegação era tão inócua, para quê tê-la? -----

O Presidente da mesa, lembrou aos membros de que iriam passar à discussão dos pontos 20 e 21, conjuntamente, conforme tinha ficado aprovado anteriormente, pelos membros da Assembleia e a deliberação em separado. ---

20 – Orçamento e mapa de pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para 2014;

- Deliberação de 2013.12.18 –

Presente orçamento e mapa de pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para 2014. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana, aprovar o orçamento e grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre para 2014.-----

21 – Grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre para 2014;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- Deliberação de 2013.12.18 –

Presente as grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre para 2014. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana, aprovar as grandes opções do plano para 2014.-----

A Presidente da Câmara informou que o orçamento e as grandes opções aprovadas em sede de Executivo e ali presentes à Assembleia resultavam de um trabalho bastante difícil, mas o que se pretendia era que fosse um orçamento realista e rigoroso, no sentido do equilíbrio entre as despesas e as receitas. Continuavam a assumir o cumprimento de compromissos anteriormente assumidos e tentando não por em causa as funções e as atividades básicas prioritárias e também as mais relevantes da autarquia. A situação difícil da Câmara Municipal era conhecida de todos e afirmou nunca ter ocultado nada quanto àquele facto. Relevou que queriam e iriam continuar a empenharem-se e a trabalhar no sentido do gradual reequilíbrio, prossequindo esforços anteriormente iniciados e cujos resultados já eram visíveis. Mais referiu que iriam terminar o ano com menos 5,5 milhões de dívidas. Iriam dar uma atenção particular ao nível da ação social, da educação, da cultura, do turismo, do desporto, do lazer, na requalificação urbana, na qualidade de vida na Cidade e nas Freguesias, na captação de investimento e na manutenção e possível reforço do papel das instituições estratégicas e de referência para o Concelho. Relembrou o facto de que algumas ações, como as atrás referidas, não transpareciam em orçamento, porque as verbas inscritas eram diminutas. Olhando para a ação social, para a cultura, para o turismo e até para as próprias associações mas, nos últimos anos, o que se tinha feito foi tentar que o dinheiro lá inscrito alavancasse mais dinheiro, através de candidaturas. Deu o exemplo ao nível da ação social, mais propriamente da loja social, em que os montantes eram diminutos, no entanto, as verbas que se tinham gasto andavam na ordem dos 78.000,00€, mas não transpareciam em orçamento. Relativamente à questão da cultura, em que estava inscrito um montante do ano anterior muito pequeno, acabou por alavancar 100.000,00€, também através de candidaturas. Portanto, teriam de gerir o dinheiro que tinham com muita parcimónia porque era, de facto, muito pouco. Mais disse que, a nível da receita corrente, tinham um montante de 15.977.487,00€; a nível da despesa corrente era de 12.203.483,00€, o que resultava num equilíbrio orçamental, o qual seguia as regras da despesa corrente financiar pelas receitas correntes. Acrescentou que o total daquele orçamento era de 19.954.275,00€. Chamou ainda a atenção para a questão dos impostos diretos, dizendo que a forma encontrada foi através da média dos últimos 24 meses, excepto em relação ao IMI, o qual se efetuou por estimativa, com base no histórico. Nos impostos indiretos, nas taxas, multas e outras penalidades também foram pela média dos últimos 24 meses; nos rendimentos da propriedade fizeram uma avaliação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

estimada, com base no histórico, as transferências correntes eram feitas através de avaliação direta; a venda de bens e serviços foi com base não só na avaliação direta mas também por estimativa da média dos últimos 24 meses; as outras receitas correntes foram pela avaliação direta, assim como a venda de investimento; a transferência de capital que era um valor contemplado no orçamento de 2014 que resultou de todos os montantes transferidos do orçamento do Estado e de fundos comunitários. Relativamente à despesa, informou que a Câmara tinha feito um enorme esforço para estancar a sua situação grave e, naquele sentido, estavam previstas 12 saídas por antecipação de reforma. Teriam de continuar a apostar numa política de mobilidade interna, visando o melhor aproveitamento dos recursos humanos e sem colocar mais pessoas, porque ainda estavam a gastar muito dinheiro em recursos humanos. Referiu que alguma daquela verba que resultava das aposentações atrás referidas, seria utilizada em programas de apoio ao emprego. Ainda na aquisição de bens e serviços, o Executivo tinha feito a renegociação do plano de pagamentos às Águas do Norte Alentejano e também com outras entidades e fornecedores. A rubrica dos juros e outros encargos têm vindo a diminuir, pois estava relacionada com a diminuição das taxas de juro, durante 2013 e também pelo facto de terem pago dívida. Relativamente às transferências correntes e de capital a várias entidades sem fins lucrativos, disse ter-se efetuado um plano de pagamento dos subsídios, já deliberados, na tentativa de as mesmas manterem a sua subsistência. Quanto aos subsídios, também têm feito uma gestão mais parcimoniosa dos mesmos, como era exemplo dos custos com o cartão do idoso e o cartão social. Na aquisição de bens de capital registaram um corte na ordem dos 41,77%, fruto de cortes significativos na receita, bem como a tentativa de não assumirem mais despesas. Por fim, disse que aquele orçamento era balizado pela própria lei das finanças locais, que iria entrar em vigor a partir do dia 1 de janeiro. Em conclusão referiu que, fazendo a média dos últimos três exercícios, em termos da receita líquida cobrada, dava um total de 13.667.782,87€. Contudo, a nova lei das finanças locais tinha deliberado que sempre que a dívida total, prevista no art.º 52.º, seja superior em 31 de dezembro de cada ano a três vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 13 exercícios, o que era o caso da Câmara, que tinha uma dívida total de operações orçamentais do Município de cerca de 40 milhões, embora já tivesse sido de 52,8 milhões, e que estava numa fase de reestruturação financeira, por via daquela nova Lei, que foi alterar o cálculo completamente. Disse que ainda iria levar algum tempo até que o Município de Portalegre saísse daquela situação financeira. Estava, inclusive, previsto no orçamento de Estado aplicar os impostos no máximo, facto que a Câmara de Portalegre tem conseguido evitar. Por fim, afirmou que o orçamento estava pois balizado pela dívida que a Câmara tinha e também pela nova Lei das finanças locais e não era, certamente, aquele o orçamento que a Presidente gostaria de ter, até para poder dar mais dinheiro às associações, às Juntas de Freguesia, etc., mas era efetivamente, o orçamento possível. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Hugo Capote, relativamente à forma daquele orçamento, disse que quando houve eleições todos os candidatos sabiam que não havia dinheiro na Câmara. Portanto, independentemente dos resultados, aqueles que se sentassem e assumissem os destinos da mesma, teriam de fazer um orçamento balizado e com regras, conforme referido pela atual Presidente. Contudo, o que a lista da Presidente disse na altura foi que, como não eram um partido político, não estariam sujeitos às lógicas, aos lobbies e ao modo de funcionamento dos partidos políticos. O povo de Portalegre acreditou e deu-lhe o resultado eleitoral que teve. Portanto, se todos sabiam que era com aquilo que tinham de contar, esperavam que, na forma de elaborar o orçamento, tivessem mudado o que tinham sido os últimos 12 anos. Custava-lhe a entender porque é que logo no primeiro orçamento, dois meses depois de terem sido empossados, imbuídos da mudança e livres das amarras dos partidos, não discutiram o mesmo com os vereadores da oposição. Perguntou ao Executivo o que é que custava terem discutido em conjunto com a oposição a explicação que ali foi dada? Trouxeram, pois, mais do mesmo e, provavelmente, pior, como iriam verificar mais à frente. Relevou o facto de que naquele orçamento diminuíam as verbas para as Juntas, para as Associações desportivas e culturais mas, no entanto, havia uma rubrica de 472.500,00€ no CAEP, o que o levou a pensar que, finalmente, iriam ter uma capital de Distrito com um programa cultural ao nível de uma capital europeia. Perguntou à Presidente da Câmara para que serviam aqueles valores agendados no CAEP? Apercebeu-se de, há última da hora, terem metido uma verba irrisória num chamado orçamento participativo, mas porque é que não se levou em linha de conta a sugestão da Assembleia Municipal? -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo referiu que, ao olhar para aquele orçamento e para as grandes opções do plano, com base no que foi dito pela Presidente, eram assentes em três pressupostos fundamentais: a questão das restrições orçamentais em que o País vive; as restrições orçamentais da própria Câmara e o facto das eleições se terem realizado somente há três meses. Portanto, em função de tal, embora salvaguardando a questão do não envolvimento dos outros partidos em representação no Executivo, levaria a olhar para o orçamento com uma perspetiva de um partido que queria trabalhar em função de Portalegre e do Concelho. Na sua opinião, não havia muito para “jogar” com aquele orçamento, atendendo aos constrangimentos. Seria importante dar um sinal relativamente ao que era a vontade popular, expressa em tão curto espaço de tempo. Quanto às grandes opções do plano, enquanto instrumento de visão estratégica para o futuro, referiu que a desilusão era maior porque o que se verificava, numa primeira fase, era que existiam três primeiros capítulos de desresponsabilização nos assuntos, uma vez que era outrem, que não o Município, que tinha a responsabilidade dos constrangimentos e, ainda no desenvolvimento das questões, eram depois um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

elencar de áreas e sectores que qualquer um delimitava e definia. No documento em causa disse estar lá tudo, mas depois nada era focado, como sendo o exemplo da área da ação social, a qual estava expressa, grosso modo, em remunerações porque o grande bolo da ação social eram remunerações a pessoal; obviamente que as mesmas tinham de ser pagas, mas como objeto da ação da Câmara Municipal, não considerava que fosse ação social, propriamente dita. Mais disse que, para si, as grandes opções do plano foram uma grande desilusão, até porque muitas das situações eram questionáveis, na avaliação que era feita na sua introdução. Ainda relativamente a alguns aspetos concretos, perguntou se nos outros trabalhos especializados, onde aparecia a verba de 1.605.641,00€, a que é que se referiam? E, também, nos outros serviços, a quantia de 847.151,00€, referia-se ao quê, uma vez que aquelas duas verbas somadas seriam 12,3% do orçamento, teriam um impacto relevante e gostaria de saber a que se reportavam. -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro, sobre a questão das grandes opções do plano e do orçamento, disse que não seria possível discutir um sem falar, obrigatoriamente, do outro. As GOP eram os instrumentos preferenciais de gestão previsional da receita e da despesa e também refletiam muito daquilo que era a orientação política, uma vez que o facto de se atribuir uma determinada verba a uma determinada rubrica e não a outra era o que ajudava, independentemente de se ter muito ou pouco dinheiro, a perceber para onde é que se dirigia a opção política de cada um. Ao lerem o documento, percebia-se que a opção política era clara e que eram coerentes com aquilo que a força política que ganhou a Câmara defendia. Embora tivessem a força da maioria, não tinham, a seu ver, a força da vontade que unia os portalegrenses, pois se todos pudessem olhar para aquelas opções políticas e votá-las, por certo não teriam atualmente a mesma opinião que tiveram em setembro passado. Mais disse que, do ponto de vista metodológico da apresentação do documento, o mesmo poderia ser melhorado e ajudaria muito utilizarem tabelas comparativas entre um orçamento de um ano e o do ano a que respeita, para se poder ter uma ideia de qual a variação das rubricas dos grandes programas das opções do plano tinham. No documento em questão, onde se lia em determinada altura que: “Não configura minimamente um projeto de governação assente numa gestão fechada ou num relacionamento de costas voltadas, em relação aos eleitos que se encontram em minoria no órgão executivo, antes pelo contrário, reafirma a vontade de manter um diálogo permanente e construtivo com todos e de acolher propostas que sejam vistas como válidas e positivas para o Município e para os portalegrenses.”, chamou a atenção para a contradição que havia depois. Alguns eixos eram apontados como a proximidade, a competitividade, o emprego, o investimento, a igualdade, a coesão, a solidariedade, o bem-estar, o património, o turismo, a cultura e muito haveria para questionar sobre aquelas questões nas opções políticas da maioria em relação às mesmas. Pretendeu colocar duas questões simples: qual era a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

política social? Qual era a política cultural? Mais referiu que gostariam de ver alguns indicadores melhor quantificados, relativamente aos indicadores atuais, como por exemplo: desde quando é que as grandes opções do plano tinham uma redução de dívida de 9 milhões de euros? Desde 2009, ou de 2010, quando foi atingido o auge da dívida? Seria só respeitante ao mandato anterior? Já contabilizava a redução de dívida dos 5000€ que a Presidente tinha mencionado no início da sua intervenção? Que peso tinha o endividamento em relação às receitas de 2014, 2015, 2016, 2017? Qual era a previsão? Sabia-se que no final de 2011 eram, salvo erro, de 211%? Quanto às transferências para as freguesias, lembrou que em 2012 foram de 150.000,00€, 75.000,00€ de despesas de funcionamento e outros 75.000,00€ para despesas de investimento, em contrapartida, para o próximo ano são de somente 50.000,00€, o que o levava a perguntar se tinham medido o impacto daquilo. Era um corte com lógica? A união das freguesias tinha algum impacto naquela redução? Ainda relativamente à redução de 2% no pessoal, evidenciada no documento em apreço, disse não ter tido noção se a Câmara, no seu conjunto de divisões, teria 326 funcionários e previa a demissão de 12? Aquilo significava que previam reduzir seis funcionários e admitir 12? A principal questão ali era de que o documento não era suficientemente claro. Ainda quanto à Fundação Robinson, referiu que a mesma, em 2013, o total de transferências foi de 600.000,00€ e agora de 494.000,00€, o que totalizava cerca de 1.000.000,00€, em dois anos. Restava saber qual o impacto que teve o investimento na revitalização do espaço arqueológico e industrial da Cidade de Portalegre, sabendo que aquele era um dos aspetos do mandato social daquela Fundação. Quanto ao CAEP, a questão já tinha sido apontada, pelo facto de que em 2013 já tinham sido transferidos 37.300,00€ numa verba e, agora teve um aumento exponencial, catastrófico até, para 472.500,00€. A que é que se destinava aquele valor? O encargo com o Centro de Artes não estava já com o contrato fechado e selado, sem mais despesas? Questionou o Executivo municipal se, nas GOP, não haveriam verbas para programas na área da saúde? Embora no ano passado houvesse 114.000,00€, não estava ainda tudo feito naquela área. As acessibilidades e as instalações estavam todas feitas? Já não existiam necessidades, naquele capítulo, enquadráveis nas GOP? Mais referiu que na questão do cartão do idoso, foram reduzidas as verbas no apoio a medicamentos de 14.000,00€ para 11.000,00€ e aumentaram-se as despesas de funcionamento da loja social mas, no entanto, não se aumentaram as despesas dos programas associados à mesma. Em campanha eleitoral defendeu-se o reforço do papel da loja social, o qual não era traduzível nem visível nas grandes opções do plano. Perguntou, pois, como é que se conjugavam aqueles fatores do reforço do apoio social e do papel da loja social? Evidenciou também que, relativamente aos programas de apoio ao desporto de rendimento, tinham diminuído de 85.000,00 para 50.000,00€; o apoio a entidades culturais de 34.000,00 para 20.000,00€ e o desaparecimento das verbas destinadas a despesas de investimento das mesmas. Mais referiu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que alguns dos programas apontados nas GOP sofreram variações significativas, entre os quais: a prevenção dos fogos teve uma variação positiva de 190%, ou melhor, passou de 122.000,00 para 355.000,00€; a área da cultura teve um aumento fictício de 109%, mas 472.000,00€ eram para uma verba que não se sabia qual e, portanto, seria muito agradável que a cultura, em 2014, tivesse 693.000,00€ de verba destinada, o que não iria acontecer. Ainda no desporto, disse que a variação era negativa em 57%; assim como no apoio social em menos 32%; menos 20% nas verbas destinadas ao ensino, etc. Portanto, quando se destinava que determinadas verbas tinham um determinado valor, era, claramente, uma opção política. Em conclusão, por aquelas e por outras razões, não poderiam votar a favor daquele orçamento.---

No uso da palavra, Miguel Serafim disse que o maior elogio que poderia ser feito ao trabalho que o Executivo realizou na elaboração e na apresentação daqueles documentos, tinha acabado de ser feito pelo membro Raúl Cordeiro ao referir que os mesmos eram coerentes com as opções políticas que foram sufragadas pelos portalegrenses. Portanto, se eram coerentes com as opções que mereceram o apoio dos portalegrenses em setembro último, disse não ver motivo para que estivessem arrependidos com a decisão que tomaram. Ficaria preocupado era se existisse, três meses depois da tomada de posse, algum tipo de incoerência, com aquilo que foi prometido aos portalegrenses. Assinalou também que boa parte das intervenções feitas anteriormente se centraram na forma e na metodologia de apresentação dos documentos e não tanto no conteúdo. Em questões de conteúdo, disse que, certamente, nenhum dos membros daquela Assembleia, nem nenhum portalegrense ali estaria a discutir e a aprovar aquele orçamento como sendo o orçamento de todos, ou o que alguém desejaria estar ali a aprovar. No entanto, era um orçamento realista e não megalómano, como em anos anteriores foi apresentado e muitas vezes criticado. Seria, pois, um orçamento equilibrado e de acordo com os princípios e com as regras que estavam legalmente definidas, com destaque para o princípio da estabilidade orçamental, assim como um outro princípio que estava esquecido há alguns anos e que era o da equidade inter-geracional. Acrescentou que o não respeito pelo princípio atrás referido trouxe o País à situação atual. Mais disse que tem de haver uma preocupação em resolver os problemas do passado, porque o passado não podia ser ignorado, de modo a que Portalegre e os seus habitantes pudessem ter um futuro melhor. Disse ainda que o assinalar do contexto nos documentos que foram ali apresentados, não o encarava como uma desresponsabilização mas, sem dúvida, que o contexto teria de ficar bem definido. Havia, efetivamente, um contexto de redução das transferências do orçamento de Estado para as autarquias, de redução das receitas dos impostos municipais, assim como, o impacto da lei do orçamento de Estado para 2014 se afigurava mais gravoso do que a lei que enquadrava o financiamento das autarquias locais deixava antever. Estavam, inclusive, num contexto em que havia uma transferência crescente de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

competências da administração central para as autarquias e em que os limites de endividamento e, fundamentalmente, as consequências do incumprimento daqueles limites, estavam bem definidas e eram conhecidas de todos. Disse ainda que, mesmo com as limitações atrás referidas, não lhe parecia que aquele fosse um documento que ignorasse as associações, os clubes e as várias entidades do Concelho, mas sim, apoiando-as na medida que era possível. Acrescentou que uma coisa era aquilo que todos desejariam que fosse, outra coisa era aquilo que era possível, face a todas as condicionantes conhecidas. Disse que poderiam estar ali vários dias a elencar tudo aquilo que gostariam de ver realizado no Concelho de Portalegre e só assim seria pacífico, pois muitas das propostas seriam aprovadas por unanimidade. Relativamente a alguns apontamentos atrás referidos, disse que as transferências que estavam previstas para as freguesias também não eram as desejáveis mas, recordou que as receitas das mesmas estavam longe de se esgotarem nas transferências realizadas pelos Municípios. Portanto, de acordo com a lei que enquadrava o financiamento das autarquias, as freguesias tinham também a sua participação direta nos impostos e podiam arrecadar as suas taxas. Relembrou que o orçamento para funcionamento das freguesias era de 50.000,00€. No que respeitava à ação social, relevou o facto de que era, acima de tudo, exercida com pessoas e, portanto, as mesmas tinham de ser pagas, tal pagamento configurava despesas de funcionamento e só assim se conseguia exercer ação social. Por último, disse que aquele foco na dívida, que mais parecia uma obsessão no combate à mesma, não o entendia como sendo um capricho, mas antes um imperativo legal e moral, com respeito não só pelos credores mas, acima de tudo, pelo futuro de Portalegre e era eliminando aquele problema que, no futuro, poderiam viver melhor. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que folgava ter ouvido as opiniões balizadas do membro Miguel Serafim e relevou que, na política, nos partidos e nas eleições a legitimidade do poder político não era eterna e que o confronto político com as realidades era algo matemático, que não abalava depois das eleições, nem ressuscitava quatro anos depois. Aquele era o conceito que o seu partido tinha de legitimidade política. Disse não ter ficado muito preocupado quando leu no site da rádio Portalegre as declarações da Presidente da Câmara, relativamente ao orçamento, ao ter anunciado que o mesmo era realista porque a receita estaria equilibrada com a despesa. Obviamente que ninguém era obrigado a ter conhecimentos técnicos dos princípios gerais da orçamentação, contudo, o facto de ouvir ali, naquela Assembleia, que o crédito do orçamento advinha da despesa estar equilibrada com a receita, espantava-o bastante. Acrescentou que o orçamento eram opções gestionárias relativamente àquilo que existia no Município, eram opções políticas e nenhum orçamento era o sonho daqueles que os elaboravam, porque os recursos eram sempre escassos e as ambições infinitas. Por outro lado, se o município tivesse uma situação líquida perfeita,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

dinheiro nas contas bancárias e a possibilidade de fazer face a todos os problemas que assolavam o Concelho de Portalegre, ainda assim, havia de faltar dinheiro para fazer face àquilo que era a ambição, de cada um, em construir mais e melhor para Portalegre. A praxis que resultou da construção daquele orçamento esbarrava com as palavras bonitas, mas titubeantes daqueles que o defendiam e apregoavam. Gostaria de ter visto os Vereadores do PS envolvidos na discussão daquele orçamento mas, mais do que tal, antes de estarem envolvidos na discussão do orçamento, estarem envolvidos na discussão das opções políticas. No entanto, não estiveram. Admitia que a Presidente e o Miguel Serafim tinham razão em referir que os constrangimentos que rodeavam a elaboração do orçamento e das grandes opções do plano eram, de facto, enormes; não só daqueles que foram colocados por todos os que geriram a Câmara nos últimos anos, incluindo os últimos quatro e daqueles quatro, os últimos dois, mas também os constrangimentos que advinham de políticas cegas, que legislam a eito e elaboravam legislação verborráica, sem sentido nenhum e sem olhar a particularidades que aconteciam no interior do País, no Distrito e no Concelho. Perante tais circunstâncias e condicionalismos, acrescentou que a Presidente da Câmara Municipal e aqueles que a apoiavam, poderiam dizer: “Nada do que tem sido feito até agora tem resultado, por isso vamos fazer diferente!”, mas assim não aconteceu e, não só não fizeram diferente como teve de reconhecer a razão ao membro Hugo Capote, - fizeram pior! Mais referiu que nunca, nem ninguém, tinha questionado o porquê da receita do Município diminuir, sistematicamente, ano após ano, o que já fazia com que Municípios como o de Elvas ou da Ponte de Sôr tivessem orçamentos maiores? Nem nunca questionaram o caminho que os tem trazido até aos dias de hoje, uma vez que também tem sido agravado pelas políticas erradas, as quais não ajudavam a combater o desfavorecimento dos condicionalismos e dos constrangimentos? Relativamente às freguesias, disse que as receitas das mesmas não advinham somente daquilo que eram as transferências do Município; eram também compostas por várias tipologias mas, colocou no ar a questão de como é que as freguesias iriam satisfazer a prossecução dos fins políticos, que eram fins políticos do próprio Município, se a transferência era tão reduzida? Bem como não sabia com que parcela é que cada freguesia iria contar? Na sua ótica, 50.000,00€ poderiam significar 48.000 para a união de freguesias da Sé e São Lourenço e somente 500 para a freguesia da Alagoa ou das Carreiras. Portanto, seria importante saber como seria, pois as freguesias, por mais pequenas que fossem, tinham territórios com uma orografia complexa e despesas de funcionamento associadas à sua própria gestão. Por último, perguntou a que é se devia o aumento exponencial da verba do CAEP? -----

Solicitando o uso da palavra, Manuel Carvalho perguntou à Presidente da Câmara como é que tinha chegado a uma verba de 50.000€ para as Juntas de Freguesia e por que motivo não tinha convocado as mesmas para o debate,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

como já tinha acontecido em anos anteriores? Sendo que se pretendia que os municípios participassem na elaboração do orçamento, também fazia todo o sentido que os Presidentes da Junta tivessem sido chamados a intervir, o que não foi o caso. Perante tal facto, chegava à conclusão de que haviam Juntas que não tinham grande significado para a Câmara, visto que lhes cabia somente 0,0025% do orçamento em questão. Contrariamente ao que aconteceu no ano passado, em que estavam cabimentados 150.000€, apesar de lhes ter sido dito que iriam ser 250.000€, cortaram 100.000€ e foram distribuídos apenas 50.000€ pelas Freguesias. Atualmente, se estavam só 50.000€ no total, então provavelmente nem iriam receber nada. Relembrou que, nos últimos quatro anos, as Juntas perderam cerca de 15% do financiamento direto do Estado e, portanto, tinham sido reduzidos significativamente. No entanto, a conclusão que tirava era de que as Juntas eram o parente pobre da Câmara Municipal de Portalegre, uma vez que verificou certas rubricas discriminadas no documento em causa, como por exemplo: - Outras despesas correntes, no valor de 121.324€, o que o levava a questionar que tipo de verba se tratava, era algum “saco azul”?; - no seguimento das - Aquisições de bens de capital/edifícios/várias verbas/instalações dos serviços/escolas estava incluído a rubrica “Outros”, no valor de 147.921€, para que era? Com certeza teria algum destino previsto. Em relação a outra rubrica denominada – Construções diversas/Outros com 262.012€ estipulados. A que se referiam? Ainda na rubrica – Outros investimentos, com 210.473€. Disse não entender a existência de tantos “Outros” inscritos naquele orçamento e sem que se soubesse, propriamente, o que eram. -----

No uso da palavra, Miguel Serafim, relativamente a um aspeto referido pelo membro Luís Testa, pretendeu clarificar o mesmo sobre o que foi dito acerca do equilíbrio orçamental. Quando falou de equilíbrio orçamental, tinha a ver em concreto com o que estava definido na Lei 73/2013, que mencionava precisamente o equilíbrio orçamental ou regra de equilíbrio orçamental, em que era referido que a receita corrente bruta cobrada, deveria ser, pelo menos, igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimo de médio e longo prazo. Portanto, ao contrário do que o membro Luís percebeu, disse não se ter referido a uma igualdade pura entre receitas e despesas, uma vez que aquele era um princípio básico. -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro, em relação à questão do orçamento participativo, registou que o mesmo aparecia de forma tímida, como um programa – “Portalegre Participa”, com uma verba de 2.000€ para 2014, que não se sabia para o que é que servia. Não seria certamente para lançar um concurso de ideias mas, contudo, aparecia depois uma outra verba de 22.081€. Portanto, seguiam a recomendação da Assembleia Municipal no aspeto da proposta, mas não seguia a recomendação em relação à verba indicativa que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

estava contida na proposta. Realçou o acolhimento da ideia, ainda que de forma tímida e acrescentou que o PS estava disponível para participar no processo administrativo do orçamento participativo, considerando ser de todo o interesse que a Assembleia Municipal pudesse participar naquele processo, tendo a proposta partido da Assembleia. Gostaria, pois, que houvesse uma iniciativa da Câmara Municipal, no sentido de envolver a Assembleia Municipal na componente participativa do orçamento participativo. -----

Usando da palavra, Luís Testa agradeceu as explicações técnicas do membro Miguel Serafim e referiu que, de facto, os seus conhecimentos alcançados na cadeira de finanças públicas não chegavam àquela minúcia, mas a explicação ali dada, em segundas núpcias, corroborava aquilo que ele disse, ou melhor, que o orçamento era realista, não porque combatesse eficazmente as circunstâncias que assolavam o Concelho de Portalegre, mas porque apenas cumpria princípios, não só básicos como especiais, das regras de orçamentação. Aquilo, do ponto de vista político, era uma desilusão e deveria desiludir a todos. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que o membro Miguel Serafim teria deixado ler nas entrelinhas, quando fez o comentário em relação à desresponsabilização. No seu entendimento, não seria uma questão de desresponsabilização, porque algumas das questões não eram exatamente como estavam enunciadas nas grandes opções do plano, em relação aos pressupostos colocados inicialmente, em que era focava a lei 73/2013 do orçamento de Estado. Portanto, deveria haver consciência para entender que, desde 2007, as transferências do orçamento de Estado para as autarquias locais estavam indexadas à receita dos impostos dos anos anteriores. Conforme sabiam, o ano de 2012 tinha sido o ano de referência e em que as receitas dos impostos desceram cerca de 5,6% e no orçamento de Estado para 2014, o conjunto das transferências para o Município diminuiu 3.9%. Portanto, verificava-se que o decréscimo, relativamente às transferências, era inferior ao que tinham sido as receitas dos últimos impostos do Estado. Disse ainda que outro dos aspetos focados era a questão do cumprimento da nova lei das finanças locais, em que o FEF dos Municípios no orçamento de Estado para 2014 correspondia a 19.5% previstos na mesma; o FCM dos municípios mantinha-se de 2013 e tal como estava previsto na Lei das finanças locais, correspondia à despesa ilegível, demonstrada pelos Municípios. A cláusula de redistribuição de receitas entre os Municípios, denominado mecanismo de solidariedade, era aplicada tal como na Lei das finanças locais e a cláusula das variações máximas previstas lei das finanças locais era aplicada havendo uma ligeira alteração dos patamares mínimos de -0,6% no orçamento de Estado para 2014, sendo inserida no art.º 8.º, referente ao mecanismo de solidariedade vertical, dada a forte redução que ocorreu na receita fiscal do Estado, no período em referência; e os limites do endividamento aplicados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

eram os que estavam previstos na lei das finanças locais. Portanto, todo o enquadramento feito às grandes opções do plano estava desfasado daquilo que era a realidade e dos pressupostos que lhe pareciam os mais corretos e, por tal facto, a referência muito forte em relação ao desagrado, daquilo que era dito sobre as grandes opções. -----

Em resposta, a Presidente da Câmara disse que havia uma aposta clara em relação à ação social e não tinha a ver só com o aumento de remuneração, porque tal aumento não tinha a ver com funcionários da Câmara. Numa altura de falta de emprego, uma das soluções provisórias era a aposta nos programas de apoio ao emprego e seria, portanto, uma forma de ajudar as pessoas. Quando se falou ali no aumento da ação social, a nível de funcionamento, tinha a ver com a loja social e com alguns mantimentos que a Câmara comprava para a mesma. Mais disse que outro dos aspetos ali implicados era o da reabilitação urbana, o qual representava uma grande fatia da ação social, com montantes bastante elevados. Em relação ao montante mencionado nos trabalhos especializados e na classificação orçamental, informou que cada classificação orçamental dizia respeito a várias rubricas e o montante elevado dos trabalhos especializados, de cerca de 1.606.641,00€, tinha a ver em grande parte (874.000,00€) com transferências para as Águas do Norte Alentejano e também para a VALNOR, para a gestão de resíduos (597.000,00€). Quanto à classificação orçamental, referente ao funcionamento, a mesma tinha várias rubricas, entre elas, o CAEP e a iluminação pública/EDP (503.000,00€), que totalizavam também era um montante elevado (847.151,00€). Acrescentou que para se fazer uma leitura correta teria de se cruzar o que ali estava com o que estava no orçamento, porque cada classificação orçamental correspondia a variadíssimas rubricas. Portanto, entendia que assim teria também respondido á questão da bancada do PS. Informou que, em relação ao desporto que, de facto, o valor inscrito em 2013 era de 85.000,00€, mas diziam respeito a dois anos, o que correspondia a 42.500,00€ de 2013 e um ligeiro aumento de cerca de 50.000,00€ para 2014; tal valor deveu-se a não terem sido atribuídos subsídios à área do desporto no ano anterior. Relativamente às florestas, o aumento significativo existente era por se tratar de candidaturas 100% a fundo perdido e, obviamente, teriam de ser pertinentes e não entrar nas mesmas só por entrar, embora a despesa esteja equilibrada com receita, como era sabido, na totalidade. Mais referiu que quanto às Juntas de Freguesia o montante era, efetivamente, baixo mas não se esgotava nos 50.000,00€, porque também existia outro tipo de apoio concedido pela própria Câmara. Ainda chegou a ser orçamentado mais dinheiro mas, no final de contas, não tinham conseguido deliberar mais. Relativamente à forma de como seria feita a distribuição daquele valor disse que iria ser discutido com as próprias Juntas de Freguesia e o documento estava praticamente ultimado. Atendendo ao facto de existirem novos Presidentes de Junta, o assunto estava a ser tratado com os mesmos, de acordo com vários critérios. No que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

respeitava à Fundação Robinson, relembrou que cerca de 320.000,00€ eram do contrato-programa, que já estava anteriormente deliberado, não só em reunião de Câmara mas também na Assembleia Municipal e, portanto, tinha de se se honrar. Quanto à questão da política cultural e social, disse que continuariam a apostar e a ajudar, tanto a nível dos programas de apoio ao emprego, como ao da habitação social e também como parceiros do CLAS, bem como trabalhar-se em rede com todas as entidades, porque sozinhos têm consciência que não se consegue chegar a todo o lado. A questão do CAEP era uma situação referente a uma indemnização da obra feita, estava justificada pela fiscalização e também pelo departamento de obras da Câmara, havia parecer jurídico em como era devida e, portanto, teriam de fazer uma provisão relativamente àquela questão. Na vertente cultural do CAEP a aposta era de continuar a apostar em espetáculos de qualidade, valorizando o que era nosso e que tinha a ver com a nossa identidade e ali não se podia pôr de lado a própria Fundação Robinson, pois o seu papel, além do da Câmara, também era importante para a cultura, na medida da preservação do património. Disse ainda que, há dois anos, Portalegre foi considerada, pela sociedade portuguesa de autores, a cidade com a 7.ª melhor agenda cultural, ao nível da programação do CAEP. Quanto ao montante para as associações culturais, referiu que o montante estipulado era inferior mas, no ano passado, conseguiu-se alavancar verbas entre os 100 e os 150.000,00€, parte daqueles para consumo na promoção das festas e outros para as atividades das próprias associações que muito contribuíram para o sucesso das mesmas. -----

No uso da palavra, Luís Testa denotou o sarcasmo com que a Presidente da Câmara falou das demais áreas de governação municipal, tendo por comparação a Fundação Robinson, porque para a Presidente e para a Câmara todos os compromissos que o Município assumia, perante a Fundação Robinson, eram justificados em deliberações cuja opção foi da própria Câmara Municipal e que eram para cumprir. Por outro lado, os compromissos assumidos com as Freguesias, com as associações culturais e desportivas eram apenas para cumprir de vez em quando e para transformar orçamentos que normalmente eram orçamentos anuais em bianuais, assumidos pela própria Presidente, que, de facto, a verba que estava inscrita no ano passado, para o desporto, correspondia, não só ao ano passado, mas também ao ano anterior. Portanto, todo aquele laxismo que acontecia no Município de Portalegre e que trespassava todas as áreas de governação, só não acontecia, de facto, com uma única entidade que se chamava Fundação Robinson e ainda ninguém tinha percebido muito bem o que a mesma fazia, o que lá acontecia e para o que servia. No entanto, aquela Assembleia Municipal já tinha tomado medidas, relativamente àquela instituição: determinando a consolidação das suas contas, deliberando que as contas e o seu orçamento de funcionamento deveriam ir a conhecimento, tal como o dos SMAT, mas tal não se verificava. A seu ver, uma questão tinha de se colocar: porquê aquela diferenciação entre as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Fundação Robinson, os compromissos assumidos pela mesma e o rigor no seu cumprimento, quando os “castelos de cartas” ao lado todos se poderiam desmoronar? Mais disse que havia ali questões que foram levantadas sobre uma coisa e cujas explicações levantavam novas dúvidas e que já fazia lembrar o assunto da fábrica do bagaço. Relativamente às verbas que a Presidente disse terem sido transferidas para o CAEP e que tinham sido assumidas pelos departamentos referiu que, certamente, todas aquelas assunções tinham muito tempo e para admiração de muitos, só agora tinham sido ali presentes, ao conhecimento daquela Assembleia. Perante tais circunstâncias, manifestou as suas dúvidas quanto à legalidade do assunto, assim como a Câmara também teria porque, caso contrário, não teria falado no parecer jurídico. Não era normal que uma obra que estava fechada, com as contas encerradas e entregue ao dono da obra, sobre a mesma suscitarem novas despesas. Posto aquilo, requereu à mesa da Assembleia que se suspendessem os trabalhos, de forma a serem distribuídos pelos membros os pareceres jurídicos e todos os elementos relativos àquelas contas, porque numa questão tão melindrosa, aquele seria o cuidado mínimo que a Câmara municipal deveria ter tido. -----

O Presidente da mesa disse ao membro Luís Testa que, atendendo ao período de tempo disponível, não lhe parecia ser possível apresentarem ali tais documentos, no entanto, iria questionar a Presidente sobre os mesmos. -----

A Presidente da Câmara disse que, obviamente, não conseguiria apresentar o processo no decorrer da sessão. Contudo, o dito processo estaria, com certeza, disponível para consulta por parte de qualquer membro, tanto do Executivo, como da Assembleia Municipal.-----

No Uso da palavra, Luís Testa disse que, perante a impossibilidade já calculada por ele, de procura sistemática de todos os documentos, nos imensos arquivos do Município e como se os mesmos não tivessem servido de suporte na discussão do orçamento de Câmara, tinha de requerer ali, aos grupos daquela Assembleia, os documentos que suscitaram a inscrição daquela verba no orçamento para 2014, bem como os pareceres jurídicos. Gostaria também de saber quem é que tinham sido as entidades que elaboraram os pareceres em causa?-----

A Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que quem era na altura o advogado que tinha uma avença com a Câmara, era o Dr. José Manuel Gomes. Acrescentou que aquela verba aparecia porque, de facto, se deram conta da situação, quando houve um parecer, tanto da fiscalização, como do departamento de obras e urbanismo, bem como um parecer jurídico, de que era devido aquele montante e, portanto, fazia-se uma provisão para ficar em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

orçamento. Esperava, obviamente, que a decisão final fosse que a Câmara não tivesse de pagar.-----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa manteve o requerimento atrás formulado.-----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse já ter identificado as verbas atrás mencionadas e, em termos de relevância, talvez fosse melhor ficarem explícitas no próprio orçamento. Perguntou se, quando eram referidos trabalhos especializados, eram da parte da VALNOR, pelos serviços prestados na gestão dos resíduos sólidos e pelas Águas do Norte Alentejano à Câmara? Também questionou porque é que no caso da VALNOR havia uma previsão da despesa para os anos seguintes e, em relação à ADNA cumpria-se aquela verba unicamente no ano de 2014.-----

A Presidente informou que as verbas eram referentes ao serviço prestado pela VALNOR e pela ADNA e que pelas Águas do Norte Alentejano também estava previsto o pagamento para os anos seguintes, pois tinha a ver com o acordo de pagamentos feito, tanto com a ADNA como com a VALNOR. Se por acaso não estavam lá referidos foi porque houve algum lapso com a digitalização dos documentos.-----

No uso da palavra, Hugo Capote disse que, infelizmente, aquele orçamento não era realista porque tiveram 30% de execução nas receitas de capital e para 2014 iriam ter o mesmo. Estava-se ali, novamente, a inventar receitas para justificar despesa e para voltar a mandá-la para o ano seguinte. Portanto, tinha de se questionar porque é que as receitas diminuíram ao ponto de que, atualmente, a Câmara de Portalegre tivesse um orçamento inferior à Câmara de Elvas e da Ponte de Sôr? Relevou o facto da Presidente da Câmara ter respondido a todos os assuntos, menos à questão de não ter ouvido os Vereadores da oposição e de nem sequer ter falado com os Presidentes das Juntas de Freguesia, contrariando assim a Lei que obrigava a ter de ouvir a oposição, antes da elaboração do orçamento. O facto de a Presidente só agora informar que tinham 50.000€, depois de arrumar as verbas, e só depois discutir com a oposição e com os Presidentes das Juntas, por certo não agradaria à maioria. Inclusive, pouco havia para fazer apenas com 50.000€, até ao resto do ano. Quanto ao contrato programa da Fundação Robinson, questionou se a partir do momento em que foi feito o encontro de contas, não tinha o mesmo ficado suspenso? Os 320.000,00€ que estavam inscritos eram para pagar dívida do contrato que não foi cumprido para trás? De tudo o que se tinha ali falado, admirava-o bastante a calma de alguns, em relação ao assunto do CAEP, até porque o jurista que deu o dito parecer saiu da Câmara em 2007. Questionou o porquê de só agora se inscrevia uma dívida de uma obra que já estava encerrada há, sensivelmente, 6 anos. Como é que a Câmara iria pagar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

472.500,00€, inscritos no CAEP? Segundo disse saber, a empresa de fiscalização, na altura, disse que era devida, mas aquela mesma empresa tinha um engenheiro que posteriormente foi trabalhar para a obra que construiu o CAEP. Imaginava, pois, que o trabalho de fiscalização tivesse sido do mais idóneo possível, uma vez que o referido engenheiro até tinha sido contratado pela empresa que estava a fiscalizar. Provavelmente foi aquela a razão do Tribunal de Contas ter chumbado a dívida. Perguntou o que aconteceria se o Tribunal de Contas chumbasse novamente a dívida, assumida pela Presidente e pelos Vereadores? Mesmo a nível moral, a bancada do CLIP, votando favoravelmente o orçamento em questão, assumia uma dívida de um Presidente da Câmara que não tinha competência para a assumir e, tal facto, não era legal, pois não?-----

Novamente no uso da palavra, Cristóvão Crespo perguntou se aqueles seriam pagamentos normais da atividade ou um acordo de pagamento que envolvia outras verbas. -----

Usando da palavra, Luís Testa agradeceu ao membro Hugo Capote, porque prestou ali esclarecimentos que deveriam advir do exercício do mandato passado, enquanto Vereador, e que deveriam ter sido dados pela Presidente da Câmara. Relevou existirem ali constrangimentos em relação àquela matéria e que não eram de somenos importância. Em primeiro lugar, disse desconhecer que o pagamento daquela dívida não tinha sido visado pelo Tribunal de Contas, o que adensava ainda mais as dúvidas quanto à legalidade do mesmo; em segundo lugar, sem se pronunciar sobre a questão do engenheiro da obra, gostaria de saber a que é que aquela dívida reportava, propriamente? A quem é que era devido o valor? E porquê? Advertiu também os eleitos locais que se iriam comprometer com uma deliberação de reconhecimento de uma dívida, a qual já tinha sido alvo de um não-visto do Tribunal de contas, de legalidade duvidosa, inclusivamente para a Câmara que tinha pedido pareceres jurídicos inerentes à mesma e, portanto, reafirmava ali a necessidade urgente da remissão, aos grupos municipais, dos pareceres e dos documentos de suporte que serviam à inscrição daquela rubrica no orçamento. Calculava ainda que, numa Câmara onde aconteciam coisas transparentes, os pareceres e os documentos tinham data de entrada no livro de protocolo do Município e portanto, esperava que se fizessem acompanhar com a mesma, porque se, de facto, aparecesse ali um documento sem aquela validação, teria o valor que tivesse. -----

A Presidente da Câmara esclareceu que, relativamente àquela questão, não estavam ali a deliberar nenhuma dívida, mas sim a inscrição em orçamento de um montante que, caso houvesse uma deliberação e se reconhecesse a dívida, teria de ser primeiro o Executivo e, posteriormente, ir à Assembleia. O que se estava ali a fazer era uma provisão do montante porque, caso viesse a ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

deliberado o pagamento daquela dívida, então teriam de ter cabimento, para que a mesma seja legal. O que se pretendia, no fundo, era legalizar tudo o que estava na Câmara de Portalegre e, obviamente, dentro da legalidade e caso fosse deliberado, teria de ir a Tribunal de Contas. Informou que aquela indemnização se devia a trabalhos efetuados no CAEP, durante a construção, e em que não foram feitos alguns testes de geotecnia necessários, o que levou a que os estaleiros parassem durante alguns meses, o que fez com que o empreiteiro reclamasse a tal indemnização. Havia, portanto, um parecer que, segundo há data da legislação em vigor, tinha sido possível o pagamento da indemnização. Referiu que o valor era mais elevado e que, entretanto, já tinha sido negociado até se ter chegado ali. Portanto, a obra foi concluída mas, efetivamente, o estaleiro esteve parado; não sabia se o engenheiro da obra teria ou não ido trabalhar para a empresa. A fiscalização tinha um parecer elaborado e o departamento da Câmara acompanhou a obra e também diziam que era devido. Concluiu, afirmando que a Câmara era uma entidade de bem. -

No uso da palavra, Luís Testa solicitou à mesa que fossem alargados os tempos de intervenção para cada partido, pois estavam a ser discutidos um assunto bastante sério. Salientou o fato da Câmara Municipal ter formulado uma convicção de dever, ou não, porque provisões só eram realmente exigidas quando corriam processos em tribunal. Portanto, o proponente do orçamento já havia formulado a sua posição, independentemente da deliberação do pagamento ser em maio, junho ou julho e, no entanto, a Presidente da Câmara já tinha formulado a sua convicção de que a Câmara devia. Por outro lado, o Tribunal de Contas já teve a maior das dúvidas. Contudo, cada vez que se debatia um parágrafo, acrescentavam-se novos pontos. Admirava-o ter ouvido da Presidente que a indemnização era por causa de um problema de geotecnia, que fez parar o estaleiro. Na sua ótica, o problema não era do Município, nem era o Município que teria de pagar a paragem do estaleiro da empresa de geotecnia. -----

A Presidente da Câmara informou que quem teve a obra parada tinha sido o empreiteiro, porque se depararam com rocha maciça durante a obra e alegou que não foram feitos, atempadamente, os devidos estudos. O contrato inicial foi com base em algo e ao ter encontrado aspetos diferentes, obrigou a ter de parar os estaleiros e acarretou-lhe prejuízos, que levaram à reclamação da verba em causa. -----

Solicitando o uso da palavra, Rui Simplício disse que, uma vez que a obra foi encerrada e as contas finas foram feitas, não havia direito a reclamações nenhunas, a não ser que a questão se reportasse a uma autorização que não tivesse sido deliberada na Câmara, porque o tribunal de contas chumbou. Mais disse não entender como é que, passado tanto tempo, só agora a empresa viesse apresentar a reclamação daquela verba. Apreciava o facto da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presidente da Câmara querer regularizar as ilegalidades, mas havia ilegalidades que tinham culpados e que era necessário apurar. A Assembleia Municipal, como órgão fiscalizador que era, tinha a responsabilidade de ver quem é que tinha autorizado a verba, dado que a obra estava encerrada.-----

Usando a palavra, a Presidente informou que os membros teriam acesso aos dossiês e, como já tinha referido, o processo ainda não estava fechado. Ainda teriam de analisar ao pormenor aquele assunto mas se, de facto, tiverem de pagar, o valor terá de estar cabimentado para ir a tribunal de contas e para estar cabimentado terá de constar no orçamento.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse que a Presidente da Câmara não estaria a perceber a verdadeira dimensão do problema e o que ali foi invocado era um total desrespeito por um postulado, que existia no direito administrativo, porque as entidades públicas quando discordavam do pagamento de uma dívida, deviam recorrer até às últimas instâncias para que a dívida não fosse declarada em tribunal. Portanto, o que lhe parecia era que havia ali uma confusão brutal, uma vez que a Presidente disse ter existido a aceitação de uma obra, por parte de um construtor, que posteriormente verificou a existência de rocha e alegou não terem sido feitos os testes de geotecnia e que, por tal facto, teve o estaleiro parado por muito tempo. Em primeiro lugar, achou que o azar era do construtor, porque quando aceitou o caderno de encargos da obra, deveria ter-se certificado se constavam todos os testes necessários para a realização da mesma. Portanto, não cabia reclamação nenhuma ao Município de Portalegre. Acrescentou que, caso o erro seja do projeto, o construtor teria de litigar com os projetistas sobre a inexistência dos estudos e não com quem encomendou o projeto. Mais referiu que, naquele processo em concreto, o que a Presidente tinha acabado de declarar àquela Assembleia Municipal era de que estava a transformar o Município de Portalegre em parte legítima, num processo em que era, verdadeiramente, parte ilegítima, o que era grave. Por último disse que nunca tinha assistido a uma coisa daquele género e advertiu que existiam responsabilidades pesadas para quem associasse o seu voto à passagem daquele orçamento e que até mesmo com a abstenção já houve ali também um caso triste, em que um Vereador, com a melhor das intenções, se absteve relativamente a uma circunstância e depois teve de pagar uma multa. -

No uso da palavra, Hugo Capote perguntou se o Município estava à espera de alguma ação em tribunal para saberem se tinham de pagar ou renegociar a dívida? A quem é que se estava a dever aquele dinheiro, ao construtor civil? Aquele construtor estava na disponibilidade de negociar? A seu ver, quando se apresentarem os factos como consumados de que a Câmara devia, aí sim, inscrever-se-ia a dívida e tinha de se pagar; por outro lado, não percebia o que a Presidente pretendia dizer com o termo "...em caso de", o que significava aquilo, propriamente?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente lembrou aos presentes que o que ali estavam a deliberar era o orçamento e não o pagamento da dívida. O pagamento da dívida tinha de ser deliberado em reunião de Câmara, depois à Assembleia e também teria de ir a tribunal de contas. Caso o tribunal a chumbasse, obviamente que iria pela via judicial. Saliou que queria evitar que o Município viesse a pagar o triplo daquele valor, o que seria extremamente penalizador. Pela via judicial e de acordo com aquilo que lá estava, o pagamento era devido e em tribunal, provavelmente, o Município teria mesmo de pagar. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa estranhou as palavras da Presidente quando disse: "...obviamente que iria pela via judicial." A seu ver a Presidente da Câmara confundiu os papéis, porque quem poderia dizer tal afirmação seria o requerente, quem reclama a dívida e quem decidia se iriam pela via judicial. Portanto, o Município, no papel de requerido e se o requerente intentar uma ação judicial, deverá não reconhecer o seu papel na dívida, pois não era parte legítima, mas sim impugnar a reclamação até às últimas consequências, leia-se: supremo tribunal administrativo. -----

Novamente no uso da palavra, Hugo Capote disse que o assunto em causa era muito sério e não se lembrava de terem tido uma questão legal tão séria quanto aquela e perguntou desde quando é que a dívida tinha sido apresentada aos serviços camarários? -----

A Presidente da Câmara voltou a lembrar que ainda não era considerada dívida, e só seria quando deliberassem. O que lá constava era que o pagamento era devido, mas não era dívida. Contudo, era um assunto a resolver. -----

O membro Hugo Capote perguntou se era devido, não era dívida? -----

A Presidente da Câmara informou que se era devido, a Câmara assumia como sendo algo que tinham de pagar. No entanto, tinham de perceber os moldes legais para que aquilo ocorresse. Acrescentou que só teve conhecimento da situação em 2008, depois de ter tomado posse. -----

No uso da palavra, Hugo Capote pretendeu esclarecer se, efetivamente, o valor devido pela Câmara tinha sido desde há dois mandatos atrás. Na altura, era liderado pelo Mata Cáceres, com seis Vereadores e um na oposição? -----

A Presidente da Câmara respondeu afirmativamente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Novamente no uso da palavra, Hugo Capote questionou se só podiam cumprir o valor devido, perante uma ordem judicial. E se a Câmara se encontrava na posição de réu, para poder cumprir aquela dívida. -----

A Presidente da Câmara disse que, provavelmente, sim. -----

No uso da palavra, Raul Cordeiro disse que aquela discussão não iria terminar ali mas, dentro do espírito natalício da altura, apelou à Presidente da Câmara e à bancada do CLIP para que não colaborassem com questões menos claras. --

O Presidente da mesa informou que teriam de passar à votação e lembrou os membros da alteração à ordem de trabalhos, portanto, em primeiro lugar, iriam votar as grandes opções do plano e depois o orçamento e o mapa de pessoal da Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 14 votos contra e com 14 a favor, em 28 presenças, mas com o voto de qualidade do Presidente da mesa, aprovar as grandes opções do plano da Câmara Municipal para 2014. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 2 abstenções e 12 votos contra, em 28 presenças, aprovar o orçamento e o mapa de pessoal da Câmara Municipal. -----

Declaração de voto – CLIP (Jorge Isidro):

Na qualidade de membro da Assembleia Municipal, eleito pelo CLIP e conforme o regimento, no artigo 47.º, utilizo o direito de apresentar declaração de voto em relação à ordem do dia desta Assembleia no ponto 20 – Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para 2014.

Tenho consciência de que o Executivo Municipal teve enormes dificuldades na elaboração deste orçamento, principalmente pela enorme dívida da Autarquia - mais de 40.000.000,00€ (quarenta milhões de euros); estou consciente de que o Executivo gostaria de ter condições para apresentar um orçamento diferente. No entanto, gostaria de fazer os seguintes reparos:

1 – Se em situações normais considero importante que sejam envolvidos os vereadores da oposição, nesta situação em particular, considero anda mais importante, pelo facto de ser necessário unis esforços para, em conjunto, podermos criar condições para ultrapassar as enormes dificuldades em que vivemos;

2 – Em relação ao orçamento, tendo em conta a enorme dívida da Autarquia, mas analisando a conjuntura económica do País, considero que tinha sido importante aumentar as transferências para as Juntas de Freguesia, para as associações e coletividades, porque são estas instituições que prestam um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

grande serviço às comunidades de que fazem parte, desde o apoio direto às populações, ao seu envolvimento quer desportivo, quer cultural, mantendo vivas as nossas tradições. As mesmas estão confrontadas com as enormes dificuldades em que o País vive e têm tido mais dificuldade em obter apoios;

3 – Gostaria que este orçamento apostasse o desenvolvimento económico do Concelho, tendo por base as nossas tradições, os nossos produtos endógenos, o nosso clima, a nossa cultura, o nosso património religiosos e cultural e a nossa gastronomia, porque entendo que este será o caminho a seguir;

4 – Pela enorme dívida da autarquia, considero também importante que seja analisada a sua organização, para que possa ser criada uma estrutura mais simples, mais equilibrada e mais eficiente. Tenho a clara noção de que os próximos orçamentos não vão contar com grandes aumentos de receita, vejam-se as transferências do orçamento de Estado cada vez mais reduzidas. O mesmo irá acontecer em relação às outras receitas da Autarquia se a opção principal for o pagamento da dívida, porque iremos ter menos pessoas, menos empresas e menos dinheiro.

Com esta declaração de voto pretendo chamar a atenção para a necessidade de reduzir a despesa primária, fazer uma aposta no crescimento económico, de modo a criar condições para aumentar as receitas da autarquia e ir pagando a dívida.

Declaração de voto – PS (Raul Cordeiro):

AS GOP são um instrumento essencial de gestão pública do município e refletem a orientação política e em conjunto com o Orçamento são instrumentos de gestão previsional de receita e despesa. Mas além disso refletem também a orientação política de quem as formula mas também o contexto político, económico e social em que vão ocorrer.

A fórmula adotada para o desenho e metodologia de abordagem do processo orçamental decorreu com manifesta deficiência tendo os Srs. Vereadores da oposição chamados apenas à discussão técnica e não à discussão política.

Dirá a maioria que esse foi o mandato político que resultou das eleições. Terá a força da maioria mas não a vontade que une os portalegrenses.

As necessidades de Portalegre ocorrem num quadro difícil. Não basta enunciar uma necessidade para ela ser satisfeita mas há claramente prioridades. E aqui claramente as prioridades da maioria não são as nossas prioridades.

Em primeiro lugar gostava de realçar algo que me parece errado do ponto de vista metodológico: discutir o orçamento antes das GOP. O próprio documento das GOP na sua introdução prioriza os dois documentos dando uma indicação clara. Estou certo que esta questão será corrigida no futuro.

Depois também a ausência de tabelas comparativas entre o orçamento de 2013 e 2014 impede uma visão de conjunto e evolutiva passível de juízos menos corretos e pouco desejáveis.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Documento apresentado para as GOP tece uma série de considerações gerais de âmbito nacional não as contextualizando para a realidade de Portalegre.

Faz uma série de contextualizações relativas a normas incluídas na Proposta de lei das finanças locais (entregue no parlamento faz hoje um ano) e que implicam com as finanças locais mas sem reflexo no orçamento apresentado.

Alguns eixos são apontados: a proximidade, a competitividade, o emprego e o investimento, a igualdade, a coesão e a solidariedade e o bem-estar, o património, o turismo e a cultura.

Muito há para questionar sobre as opções políticas da maioria em relação a estas questões: - que política social? - que política cultural?

Há alguns indicadores que gostaríamos de ver melhor quantificados em relação com os indicadores atuais. Por exemplo:

Passivo exigível:

2007-40.847.976

2008-45.582.199

2009-51.649.866

2010-52.905.610

2011-48.328.238

2012 - 45.508.373

2013 -?

As GOP referem uma redução de dívida de 9 milhões de Euros. Desde 2010? Contabilizada a redução de 2013?

Os encargos com empréstimos são de 3800000 Euros em 2014. Que impacto tem na redução do valor da dívida?

Que peso terá o endividamento em relação às receitas em 2014, 2015, 2016, 2017?

Transferências para as freguesias – 75000 para 50000 (redução de mais de 30%). Que impacto tem a união de freguesias nesta redução?

Redução de 2% no pessoal (Em que áreas? Que plano existe?) 2% de 326 = 6 funcionários com admissão de 12 (?)

Fundação Robinson = 600000€ em 2013 e 494200€ em 2014 = + de 1.000.000 € em dois anos.

Que impacto tem esse investimento na revitalização do espaço arqueológico industrial de Portalegre?

CAEP = 37300€ em 2013 e 472500€ em 2014;

Não há nas GOP verbas para programas da área da Saúde? O ano passado tinha inscrita uma verba de 114000€;

Na área do cartão do idoso reduzem-se as verbas do apoio a medicamentos de 14000 para 11000 Euros. Aumentam as despesas de funcionamento da Loja Social mas não as verbas dos programas associados á LS. Como se conjugam estes fatores com o reforço da componente de apoio social e de reforço do papel da loja social?

O apoio ás hortas municipais diminui de 1000 para 500 Euros;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Transferência para EDP da iluminação pública: de 370000 para 503000€ (?)
Programa de apoio ao desporto de rendimento de 85500 para 50000 (?)
Apoio a entidades culturais de 34000 para 20000 (?) e as verbas de investimento inscritas em sede de GOP em 2012 para 2013 (?)

	2014	2013	Variação	Variação %	
Ad. Geral	884142	1506822	-622680	58,7	-41,3
PC	366770	500100	-133330	73,3	-26,7
Ensino	1767377	2193273	-425896	80,6	-19,4
A.Social	897295	1327136	-429841	67,6	-32,4
Habit.	12640	50005	-37365	25,3	-74,7
Ordenamento	3002	124703	-121701	2,4	-97,6
saneamento	1086476	1369301	-282825	79,3	-20,7
Resíduos sólidos	675150	629850	45300	107,2	7,2
proteção meio ambiente	34798	120975	-86177	28,8	-71,2
Cultura	693276	331456	361820	209,2	109,2
Desporto	196026	455835	-259809	43,0	-57,0
Prevenção fogos	355089	122381	232708	290,2	190,2
Parques industriais	15483	366900	-351417	4,2	-95,8
Iluminação pública	547122	450915	96207	121,3	21,3
Transportes rodoviários	445779	1129452	-683673	39,5	-60,5
Turismo	23000	364110	-341110	6,3	-93,7
Defesa consumidor	11078	14300	-3222	77,5	-22,5
Empréstimos	3881121	3845560	35561	100,9	0,9
Aquisições leasing	19656	27700	-8044	71,0	-29,0
Administração autárquica	50000	75000	-25000	66,7	-33,3
Total	11965280	15005774	-3040494		

Negativo (-): A falta de discussão do documento. A colagem a um programa político para 4 anos.

Positivo (+): Estão incluídas muitas medidas do PS para as eleições autárquicas.

A inclusão ainda que insípida de uma verba para dar início ao Orçamento Participativo (2000 Euros em 2014 e 22081 Euros em 2015) O PS está disponível para dar apoio ao processo principalmente na organização da sua componente participativa.

Ainda assim com o chumbo incompreensível em sede de executivo de uma "Carta de princípios para o Orçamento Participativo).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Este orçamento tem sem dúvida força de lei mas não força de objetividade racional.

Por isso votaremos contra.

Declaração de voto – CDU (Hugo Capote):

O grupo municipal da CDU vota contra o mapa de pessoal, o orçamento e as grandes opções do plano, desde logo, pela metodologia utilizada na elaboração dos mesmos, ou seja, não ouvindo os elementos da oposição, não ouvindo as Juntas de Freguesia e, portanto, apresentando os factos como factos consumados, um orçamento consumado sem margem de manobra e, acima de tudo, sem o envolvimento das populações e sem envolvimento daqueles que depois vão ser, muitas vezes, os atores daquelas próprias verbas. E depois porque não podemos pactuar, nem podemos consentir que um orçamento tenha uma verba, e vou dizê-lo com todas as letras, apague uma ilegalidade cometida no anterior Executivo.

Declaração de voto – PSD (Cristóvão Crespo):

Os membros eleitos na Assembleia Municipal de Portalegre pela Coligação PPD.PSD/CDS-PP, abstêm-se na votação do Orçamento para 2014 e votam contra as Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Portalegre, com base nos pressupostos e motivos seguintes:

Durante o mandato vamos ter, sempre, uma postura responsável de defesa dos interesses dos munícipes e do município, com uma atitude construtiva em favor do desenvolvimento do Concelho e da promoção do bem-estar da população.

Lamentamos assim que a maioria não tenha tentado recolher junto do PSD os contributos que poderiam melhorar significativamente documentos tão importantes para o funcionamento do Município, como são o Orçamento e as Grandes Opções do Plano.

Os documentos foram analisados, por nós, à luz das premissas fundamentais no atual contexto que o País e o Concelho vivem, ou sejam, as restrições orçamentais do País, as restrições orçamentais da Câmara Municipal de Portalegre e o facto de as eleições autárquicas se terem realizado recentemente.

Perante os documentos apresentados, consideramos que à maioria faltou a humildade e a vontade de envolvimento das restantes forças políticas, resultando assim propostas com défice de ambição e procurando a maioria eximir-se às responsabilidades que o mandato dos cidadãos lhe confere.

Acresce que uma das áreas que se anuncia como prioritária, a da ação social, acaba por não ter tradução prática ao longo do desenvolvimento das propostas apresentadas, o que lamentamos porque a consideramos fundamental.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Assim o voto de abstenção no Orçamento traduz a compreensão do quadro de restrições em que vivemos, o respeito pela vontade expressa nas recentes eleições autárquicas e a garantia da vigilância que iremos ter sobre a atividade da Câmara Municipal.

Quanto ao voto contra nas Grandes Opções Plano, resulta do facto de considerarmos que o documento que deve enquadrar uma visão estratégica para o Concelho falha nos aspetos essenciais.

Começando a maioria por se desresponsabilizar, à partida, invocando a Lei das Finanças Locais e o Orçamento do Estado, de forma incorreta, porque o FEF dos municípios no OE2014 corresponde aos 19,5% previstos na LFL; o FSM dos municípios mantém o valor de 2013 e, tal como previsto na LFL, corresponde à despesa elegível efetivamente demonstrada pelos municípios; a cláusula de redistribuição de receitas entre municípios (mecanismo de solidariedade) é aplicada tal como prevista na LFL; a cláusula de variações máximas prevista na LFL é aplicada, havendo uma ligeira alteração dos patamares mínimos no OE2014, mas esta própria alteração é inserida em aplicação da própria LFL (artigo 8º - mecanismo de solidariedade vertical) dada a forte redução que ocorreu na receita fiscal do Estado no período de referência; os limites de endividamento aplicados são os previstos na LFL;

Enumera depois um exaustivo rol de objetivos, todos louváveis, mas não apresentando o caminho para a sua execução acabarão por soçobrar face à realidade.

Acresce que grande parte desses objetivos são alicerçados em parcerias, mas o que se constata é que os potenciais parceiros, encontram sempre muitas dificuldades de resposta da Câmara Municipal às solicitações mais simples e básicas a que é chamada a participar.

Pelos motivos apresentados abstemo-nos na votação do Orçamento e votamos contra as Grandes Opções do Plano.

2 – Atas nºs. 27, 1 e 2, relativas às reuniões realizadas em 30 de setembro, 16 de outubro e 31 de outubro de 2013, respetivamente;

Presente a ata n.º 27, da sessão realizada em 30.09.13; a ata n.º 1, de funcionamento, de 31.10.13 e a ata n.º 2, referente à 1.ª sessão extraordinária de 31.10.13. -----

O Presidente da mesa referiu que a ata n.º 27 ainda era respeitante ao mandato anterior, do qual faziam parte alguns elementos ali presentes. A votação das mesmas seria em separado.-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 19 abstenções, em 22 presenças, aprovar a ata n.º 27. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 22 presenças, aprovar a ata n.º 1. -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro solicitou um esclarecimento em relação à ata n.º 2, porque, eventualmente, existia um erro na página 10 do documento em pdf, onde dizia:” a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 2 abstenções e 1 voto contra, em 28 presenças, aprovar a não implementação do documento apresentado.”, supostamente, aquela votação seria impossível, porque naqueles votos contra que lá estavam, vistos pelo lado contrário, teriam de estar os votos do PS e, salvo erro da CDU, que votaram contra a não implementação do requerimento. Se houve duas abstenções e houve os votos contra do PS e da CDU, na sua opinião, seriam 12 votos contra e 2 abstenções. Referiu ainda a construção do texto da deliberação, por estar feito na negação da negação o que a tornava numa afirmação.-----

O Presidente da mesa informou que o secretário tomou nota da correção a ser feita. -----

Solicitando o uso da palavra, José Serafim disse que também gostaria de sugerir a correção de algumas frases, na ata em causa. Tinha a ver com a pág. 7, na primeira linha, onde se lia:” ...disse não estar em crise o objetivo do ponto.”, provavelmente deveria ler-se “...não estar em causa o objetivo do ponto.”. Na pág. 8, na referência à proposta do PS, parecia-lhe que não estava refletida na totalidade, porque havia qualquer coisa, no final, que não fazia sentido. Ainda pág. 10, onde se lia: “Contudo, ficaria bem à maior ou menor arte dos órgãos deliberativos”, tinha dúvidas se seria maior ou menor arte e ainda, onde se lia: “Naquele sentido o grupo municipal do PS, tendo em conta o previsível aumento de receita naquela matéria, possa alavancar um instrumento que não era só de devolução sobre a decisão daquele dinheiro à decisão” referiu que também não fazia muito sentido. E, por último, na página 11, na primeira linha, onde se lia: ”...porque objetivamente não existiam receitas que fossem consignáveis a receitas”, supostamente seria que não existiam receitas que fossem consignáveis a despesas. -----

O Presidente da mesa referiu que se tratavam de transcrições da ata e, na realidade, muitas vezes o que acontecia era dizer-se uma coisa que não correspondia, exatamente, à construção sintática e estilística ideal. Lembrou aos presentes que existiam os suportes gravados e que, com as alterações atrás sugeridas, os serviços responsáveis iriam proceder às alterações, em conformidade.-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 22 presenças, aprovar a ata n.º 2. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

3 – Nomeação de quatro membros da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão Municipal de Toponímia;

- Deliberação de 2013.11.04 –

O Presidente da mesa informou que da conferência de representantes tinha resultado que cada grupo iria indicar um representante e que, de acordo com o art.º 55.º, não se podia dispensar o escrutínio secreto, portanto, por votação. Perguntou aos grupos quem seria o membro que cada um propunha. -----

O grupo da CLIP propôs o Presidente da mesa, Jorge Mangerona.-----

O grupo do PS propôs o membro António Ventura. -----

O grupo da CDU propôs o membro Amândio Valente. -----

O grupo do PSD propôs o membro Cristóvão Crespo. -----

DELIBERAÇÃO (por escrutínio secreto): após votação, em 26 presenças, foi aprovada, por unanimidade, a lista atrás referida. -----

Solicitando o uso da palavra, António Ventura pretendeu chamar a atenção dos presentes para a importância da comissão de toponímia, porque estava a sofrer, todas as semanas, o efeito da má gestão toponímica, em Portalegre. Disse morar na Travessa do Marçal, nome que existia desde o princípio do Séc. XIX, e quando fizeram a urbanização por detrás do Crisfal, inventaram uma Rua do Marçal. Relembrou que a mais elementar regra indicava que as ruas deveriam ter nomes que não suscitem confusões. Perante tal facto, passava o tempo a receber cartas do n.º 12 da Rua do Marçal e vice-versa, o que era verdadeiramente absurdo. Por outro lado, achava que se deveria deixar de dar nomes de pessoas vivas a ruas, porque nunca se saberia se o político que se homenageava num determinado dia, não estará na cadeia amanhã e, portanto, não seria simpático ter-se o nome de um cadastrado numa rua da própria cidade. Disse que gostaria muito de ter uma placa toponímica na sua rua e chamou a atenção para alguns erros colossais, na forma como eram gravados os nomes nas mesmas. Por fim, salientou que tudo faria para que a Comissão funcionasse pelo melhor. -----

No uso da palavra, Luís Testa achou estranho que aquela comissão, sendo uma Comissão cujo objetivo seria preservar a memória de Portalegre vertida nas placas toponímicas, celebrando acontecimentos históricos ou invocando pessoas ilustres do Concelho, não deixava de ser sui géneris o facto de que o ofício que foi dirigido ao órgão político ter sido remetido pelos Serviços de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Fiscalização e assinado por um funcionário ilustre da Câmara de Portalegre. Assim como também achava sui géneris o facto de um dos membros pertencentes àquela Comissão, designado pelo Município, ser um funcionário da área do urbanismo. Perguntou se não seria preferível, ou mais lógico, se o funcionário fosse da área cultural, pois teria outra atenção relativamente às efemérides, ou às pessoas que deviam ser objeto de apreciação para constar das placas toponímicas? Presumia que o que aquela Comissão tratava não era propriamente de urbanismo. Deixou ali a sugestão, se por acaso agradasse aos ouvintes, para que a seguissem.-----

4 – Designação pela Assembleia Municipal de quatro elementos para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ de Portalegre;

O Presidente da mesa disse que, no caso da CPCJ, iriam seguir uma metodologia semelhante para a votação dos elementos e chamou a atenção porque ali não seriam, necessariamente, eleitos da Assembleia Municipal, uma vez que se tratavam de cidadãos com aptidões próprias naquela área, de acordo com a al. I), da lei n.º 147/99. Disse, inclusive, que na conferência de representantes foi previamente acordado o procedimento a seguir, pelo que perguntou aos grupos quem é que indicariam para integrar a dita comissão. ----

O grupo da CLIP propôs Constantina Henriques.-----

O grupo do PS propôs a professora Maria Luísa Panaças. -----

O grupo da CDU propôs Ana Lopes. -----

O grupo do PSD propôs Margarida Cunha Miranda. -----

DELIBERAÇÃO (por escrutínio secreto): após votação, em 27 presenças, foi aprovada, por unanimidade, a proposta apresentada.-----

5 – Nomeação do Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação;

- Deliberação de 2013.11.18 –

Presente informação n.º 3589, do serviço de educação, datada de 01 de novembro de 2013, a solicitar a nomeação de um representante das Juntas de Freguesia, a fim de integrar o conselho municipal de educação. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter à Assembleia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da mesa informou que aquela nomeação seria diferente pois só haveria dois grupos partidários e perguntou aos mesmos o que é que tinham a dizer.-----

No uso da palavra, Raul Cordeiro referiu que havendo só duas possibilidades de candidatura, o PS apresentou como candidata a Presidente de Junta da Alagoa, Vera Caixeiro.-----

O Presidente da mesa disse que como tinha sido a primeira proposta a entrar, ficaria como proposta A – Vera Caixeiro.-----

Em nome do grupo do CLIP, Nuno Cardoso, apresentou o presidente da União de freguesias de Sé e S. Lourenço, Artur Correia. -----
O Presidente da mesa disse que a segunda proposta seria a B – Artur Correia. De seguida, foram distribuídos os boletins de voto com opção A e B. -----

DELIBERAÇÃO (por escrutínio secreto): após votação, em 27 presenças, foi eleita a proposta B – Artur Correia com 14 votos, para integrar o Conselho Municipal de Educação, a proposta A – Vera Caixeiro teve 12 votos e houve um voto em branco. -----

6 – Documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de 1 de Janeiro de 2013 a 16 de Outubro de 2013;

- Deliberação de 2013.11.18 –

Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, de 13 de novembro de 2013 a remeter documentos de prestação de contas de 01 de janeiro a 16 de outubro de 2013. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar os documentos apresentados. -----

Usando da palavra, Raul Cordeiro disse ter uma consideração e uma única questão a colocar sobre aquele ponto. As conclusões do documento, num determinado ponto, diziam que: “ Os resultados apresentados nos anos anteriores já evidenciavam algum agravamento, que na atual prestação de contas assume maior significado, mas é necessário encontrar soluções mais eficazes, de modo a inverter esta situação. Dado que o nível de investimento realizado nos últimos anos se considera insuficiente para as necessidades, em termos de reabilitação da rede do sistema de abastecimento de água, podemos estar a criar um problema que poderá comprometer a eficácia e eficiência dos SMAT na prossecução dos seus objetivos, num futuro próximo.”; portanto, o próprio documento, nas suas conclusões, reconhecia as contingências, as dificuldades e os constrangimentos futuros. Perante tal facto, perguntou que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

planos existiam para manter uns serviços de águas e transportes de qualidade e se havia intenção de dar outra gestão de âmbito privado aos transportes? ----
No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que a situação dos SMAT, os quais normalmente não tinham dado problemas financeiros, era preocupante. E, portanto, aquele “pedido de socorro” era alarmante, porque em todos os sectores se verificaram quebras, como por exemplo: o estacionamento teve quebras, os passageiros transportados tiveram um pico em 2008 e, desde então, têm vindo a cair, os transportes tinham um pico de km percorridos em 2009, mas também caíram significativamente, na distribuição da água foi idêntico. Portanto, a situação era grave, pois os SMAT sempre foram viáveis, em termos económicos. Na sua opinião, o resultado negativo ali apresentado tinha grande dimensão e deveria preocupar a todos, no sentido de se inverter a situação, forçosamente. -----

A Presidente da Câmara, em relação à qualidade da água que foi referida, disse que tal questão não se colocava. Informou que a Comunidade Intermunicipal estava a desenvolver esforços para que a qualidade das águas se mantivesse e a custos mais baixos, através de candidaturas que todos Municípios estavam a fazer, para que a eficácia fosse maior. Referiu que a questão dos SMAT também se colocava por via dos transportes, no momento em que o crivo era mais apertado do lado da Câmara e, obviamente, iria ter maior reflexo a nível dos SMAT. Relembrou o facto de que no cartão social e no cartão do idoso, bastaria ser uma pessoa carenciada e ter mais de 65 anos para ter acesso aos mesmos, no entanto, o que acontecia era que muitas pessoas não o utilizavam e, atualmente, o que se estava a fazer era somente pagar para quem o utilizasse e, em termos de gestão, também se veio a verificar quebra de receita naquela área. Referiu que tinha de haver uma reflexão conjunta sobre o problema. Quanto à pergunta colocada sobre a privatização dos SMAT, disse que na eventualidade de passarem para as mãos de um privado havia ali algumas questões complicadas de resolver, como por exemplo os recursos humanos e, inclusive, a questão social mas, no entanto, afirmou que não era algo que estivesse, atualmente, em cima da mesa para debate. -----

Novamente no uso da palavra, Cristóvão Crespo, ainda relativamente à questão das Águas do Norte Alentejano, questionou se o negócio da água era ou não tratado na íntegra, na autarquia, e se tinha passado para o orçamento da Câmara a já tão falada dívida. -----

A Presidente informou que apenas a água em baixa era tratado nos Serviços Municipalizados e que a água em alta era gerida pelas Águas do Norte Alentejano. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Rui Simplício disse ter gostado de ouvir que não seria intenção da Câmara Municipal privatizar os SMAT de Portalegre. No entanto, quanto aos projetos que havia a por em marcha e o investimento necessário para melhorar os serviços, perguntou com que capitais os iriam fazer. Seriam da Câmara? -----

A Presidente esclareceu que, quanto às Águas do Norte Alentejano e respondendo ao membro Cristóvão Crespo, tinha a ver também com o saneamento e as águas residuais. Em relação à CIMAA, disse que parte era suportada pela mesma, porque os Municípios também pagavam cotas e a outra parte da componente nacional das candidaturas era financiada pelos 15 Municípios. Portanto, o que se conseguia ali era ganhar escala e obter uma redução significativa, a nível da comparticipação nacional, que tinha também a ver com a questão das perdas de água em alguns Municípios. Não era o caso de Portalegre, uma vez que se fez um investimento grande na manutenção da rede. Concluiu dizendo que estavam a ser feitos todos os desenvolvimentos a par com a CIMAA, dos quais poderia dar conta, posteriormente. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 8 abstenções e 19 votos a favor, em 27 presenças, aprovar o documento. -----

7 – Isenção de taxas à firma Aldevila, Ld.^a, referente à alteração e ampliação do edifício sito na Praça da República, nºs. 94 e 96;

- Deliberação de 2013.11.18 -

Presente pedido apresentado pela firma Aldevila, Ld.^a, para isenção de taxas, referentes ao processo 117/2011, para alteração/ampliação de habitação, na Praça da república n.º 94,96, na união de freguesias da Sé e São Lourenço, nesta cidade. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar a respetiva isenção. -----

8 – Classificação do Seminário do Imaculado Coração de Maria, como imóvel de interesse municipal - para conhecimento;

- Deliberação de 2013.11.18 -

Presente requerimento da Diocese de Portalegre e Castelo Branco, de 06 de novembro de 2013, para classificação do Seminário do Imaculado Coração de Maria como imóvel de interesse municipal, com informação do DOPGU, de 12



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de novembro. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, reconhecer o imóvel de interesse municipal, não estabelecer zona de proteção e solicitar parecer à Direção Regional da Cultura do Alentejo.

No uso da palavra, Raúl Cordeiro perguntou se aquele assunto iria voltar àquela Assembleia, depois da Direção Regional de Cultura se pronunciar.-----

A Presidente da Câmara informou que após o parecer da DRC o assunto voltaria a debate na Assembleia Municipal. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

9 – Proposta de delimitação da área de reabilitação urbana (ARU) de Alegrete;

- Deliberação de 2013.12.02 –

Presente informação do DOPGU n.º 219 de 26 de novembro de 2013, a propor que a Câmara remeta a proposta de delimitação da área de reabilitação urbana (ARU) de Alegrete à Assembleia Municipal para os efeitos indicados no n.º 1, do art.º 13.º, do DL n.º 307/2009, de 23/10, na redação dada pela Lei n.º 32/2012 de 14/08. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, o envio à Assembleia, para os devidos efeitos. Mais deliberou, por unanimidade, proceder à discussão pública, com possibilidade de alteração do perímetro aquando da elaboração da Estratégia da reabilitação Urbana. -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro perguntou se o ponto era para aprovar a submissão à discussão pública. Referiu que, tal como o documento estava redigido, fazia supor que voltaria ainda à Assembleia Municipal para depois, no âmbito da estratégia da reabilitação urbana, se tomar uma decisão definitiva sobre o perímetro da área. -----

O Vereador Nuno Santana, no uso da palavra, esclareceu que o que estava ali para deliberar era a aprovação da delimitação. Em reunião de Câmara foi deliberado proceder à audiência pública sobre aquela delimitação e, ainda em sede de deliberação, discutiram se assumiam, ou não, o perímetro urbano da Vila de Alegrete, ainda definido na primeira versão do PDM. Salientou que, para os munícipes terem já usufruto dos benefícios, seria para aprovação. No entanto, por sugestão dos Vereadores, concordaram em ouvir a população no sentido de avaliar se deveriam, ou não, alterar a referida delimitação, porque acharam que deveriam fazer pelo limite da área consolidada, no centro histórico de Alegrete.-----

No uso da palavra, Rui Simplício perguntou ao executivo se iria ser seguido um idêntico processo em relação às outras Freguesias? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara referiu que o que estava previsto de futuro seria fazer igual nas restantes Freguesias. Começaram com Portalegre, com Alegrete e irã verificar-se nas zonas consolidadas. -----

No uso da palavra, Raul Cordeiro disse que continuava com dúvidas em saber se, efetivamente, aquele assunto iria voltar à Assembleia Municipal e, se sim, de que forma é que voltaria? -----

Em resposta, a Presidente da Câmara disse que o objetivo seria que os municípios tivessem o desejado benefício, quanto antes, e, portanto, a questão voltaria ali a debater-se se houvesse pronúncia por parte do público e se houvessem alterações. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar a proposta apresentada. -----

O Presidente da mesa, à semelhança do que tinham feito inicialmente, propôs que os pontos 10 e 11 fossem discutidos em conjunto, mas votados separadamente. -----

10 – Orçamento e plano plurianual de investimento dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes para 2014;

- Deliberação de 2013.12.02 –

Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, de 26 de novembro, a remeter os documentos previsionais - Orçamento e plano plurianual de investimento para 2014. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter o assunto à Assembleia.

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 8 abstenções e 19 votos a favor, em 27 presenças, aprovar os documentos.-----

11 – Mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes para 2014;

- Deliberação de 2013.12.02 –

Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, de 26 de novembro, a remeter o mapa de pessoal para 2014. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter o assunto à Assembleia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar o respetivo assunto.-----

12 – Abertura de procedimento – Prestação de serviço para contratação da plataforma eletrónica dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação de 2013.12.16 –

Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, de 09 de dezembro, a solicitar autorização para abertura de procedimento – Prestação de Serviço para contratação da plataforma eletrónica. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura do procedimento.-----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo solicitou esclarecimento acerca do valor estimado, que constava na informação referente ao contrato a celebrar, de 2.000,00€, acrescido de IVA à taxa em vigor. Aquele valor seria mensal ou anual?-----

A Presidente da Câmara informou que o valor era anual.-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar o respetivo assunto.-----

13 – Abertura de procedimento – Aquisição de serviços móvel terrestre, voz e dados / 2014 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação de 2013.12.16 –

Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, de 09 de dezembro, a solicitar autorização para abertura de procedimento – Aquisição de serviços móvel terrestre, voz e dados para 2014. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura do procedimento.-----

Novamente no uso da palavra, Cristóvão Crespo disse não ter ficado completamente esclarecido na questão que tinha colocado anteriormente. Voltou a perguntar se o valor estimado do contrato dizia respeito a quê? Uma vez que o contrato mencionava 24 meses, questionou se seria um valor mensal ou anual.-----

A Presidente disse que era anual, assim como aquele da aquisição de serviços móveis.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar o respetivo assunto.-----

14 – Alteração à tabela de taxas do Município de Portalegre;

- Deliberação de 2013.12.16 –

Presente informação do serviço de taxas e licenças, de 24 de novembro de 2013, relativo à discussão pública da proposta de alteração à tabela de taxas do Município de Portalegre. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção dos vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana, aprovar a proposta.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse que aquele era do tipo de assuntos que já nasceu torto e, tarde ou nunca, se endireitaria. Aquela questão já tinha sido objeto de discussão na última reunião do mandato passado e tinha sido retirada porque, de acordo com a perspetiva da maioria, existiam falhas, as quais foram assumidas pelo Município, respeitantes aos valores a cobrar pela utilização do espaço da Central de Camionagem/Rodoviária. De facto, aquela alteração contemplava a inserção daquelas novas taxas, mas era necessário esclarecer ali se existia a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas. E, inclusivamente, saber se tinha sido remetida aos membros daquela Assembleia Municipal. -----

A Presidente da Câmara pensava que sim e disse que também tinha sido feito um estudo económico, o qual foi entregue na Câmara. -----

Usando da palavra, Luís Testa perguntou se aquela era, garantidamente, a informação que consubstanciava a fundamentação económico-financeira. -----

A Presidente respondeu afirmativamente. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que gostaria de saber se aquela fundamentação económico-financeira constava da alteração regulamentar e se tinha sido inserida no texto do Regulamento.-----

Usando da palavra novamente, a Presidente da Câmara disse que não tinha estado com o processo mas que o mesmo foi afinado pelos serviços, com base naquela informação e ficou deliberado, desde que vertesse o resultado da informação. Contudo, não poderia dar ali os valores exatos, por não ter o documento consigo.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse estar esclarecido, relativamente à informação prestada, e, mais uma vez o que ele temia, aconteceu, pois a lei



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

53-E de 2006, no seu art.º 9.º, dizia o seguinte sobre a criação de taxas e modificação da relação jurídico-tributária: “ Os orçamentos anuais das autarquias locais podem atualizar o valor das taxas estabelecidas nos regulamentos de criação respetivos, de acordo com a taxa de inflação.”, o que significava que a atualização por força da inflação era vertida nos orçamentos anuais; mais dizia que: “A alteração dos valores das taxas, de acordo com qualquer outro critério que não referido no número anterior, efetua-se mediante alteração ao regulamento e deve conter fundamentação económico-financeira subjacente ao novo valor.”. Portanto, o texto do regulamento teria, obrigatoriamente, de conter a fundamentação económico-financeira. Disse acreditar que, com a maior das benevolências, a Câmara teria adotado uma deliberação que era resultante da fundamentação económico-financeira. Contudo, tal não chegava porque o artigo anterior (8.º) dizia que: 1- “As taxas das autarquias locais são criadas por regulamento aprovado pelo órgão deliberativo.”; 2 – “ O regulamento que crie as taxas municipais ou taxas das freguesias contem, obrigatoriamente, sob pena de nulidade: a) a indicação da base de incidência objetiva e subjetiva; b) o valor ou forma de cálculo do valor das taxas a cobrar; c) a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local. Portanto, existia ali uma obrigatoriedade de inclusão dum trecho textual no articulado do regulamento, sob pena de nulidade do mesmo regulamento e se ali fosse aprovado o mesmo, salientou que os utilizadores do espaço podiam invocar a nulidade do regulamento para se furtarem ao pagamento das taxas. Devido àquela possibilidade é que tinha questionado, anteriormente, se estava incluído? Na sua opinião, aquele regulamento teria de ser objeto de nova apreciação, por parte do executivo municipal para incluir o texto da fundamentação, que até já existia, mas que não tinha sido objeto de deliberação, e para depois ir à Assembleia Municipal para se aprovar a versão final e única, porque todas as outras eram objeto de nulidade e, portanto, não cumpriam os requisitos formais, constantes da lei e fariam perigar os objetivos do Município. -----

A Presidente da Câmara referiu que tinha a ver com uma questão de forma e o gabinete jurídico, obviamente, também teria analisado o documento. Afirmou que o assunto foi a reunião de Câmara e entregue em mão, ficando com a aprovação mediante aquela justificação prestada. Disse ter alguma dúvida se fazia parte do regulamento mas acompanhava-o. De qualquer modo, como as taxas tinham de entrar em vigor e uma vez que estava a justificação feita e era somente uma questão de introdução, solicitou que houvesse a possibilidade de ser deliberado, com a condição de, e, para não penalizar também, que fosse feita aquela deliberação condicionada à introdução, uma vez que o documento até já estava elaborado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que, não querendo prejudicar nenhum propósito do executivo municipal, não podia deixar que o órgão de fiscalização do município, que era o órgão que tinha por competência estar atento àquelas circunstâncias, fosse ele próprio desvalorizado ao ponto de aprovar uma coisa condicionalmente. Mais disse que o órgão Assembleia Municipal não tinha poderes de alteração nem de apresentar propostas de regulamento, assim como não deliberava sobre intenções vagas ou circunscritas. O órgão Assembleia Municipal deliberava propostas concretas que lhes eram apresentadas, estando vertidas em articulados concretos. Referiu que o documento que lhe foi transmitido continha apenas duas peças: o documento principal e a tabela anexa e disse ter tido o cuidado de analisar o regulamento em vigor e, o mesmo, tinha fundamentação económico-financeira relativamente às outras taxas todas, que estavam em vigor no Município de Portalegre. Portanto, não percebia como é que submetiam à apreciação do órgão Câmara Municipal uma proposta que não cumpria os requisitos formais? E, daquele modo, não podia tornar-se cúmplice daquele desleixo inenarrável, quando aquele documento era apresentado ao órgão que tinha por competência aprovar a versão final do documento. Disse ainda que estariam disponíveis para aprovar o regulamento em causa já no dia seguinte, se a Presidente da Câmara convocasse uma reunião, alterando devidamente a proposta, para que ali votassem a favor do mesmo. Contudo, os regulamentos do Município de Portalegre tinham que cumprir, pelo menos, os requisitos formais, pois existia uma obrigatoriedade moral do mesmo de se comportar consoante a sua dimensão e enfrentar as suas responsabilidades de forma a honrar os pergaminhos que lhe eram reconhecidos, que lhe imputavam a necessidade de uma reformulação daquele regulamento. -----

A Presidente da Câmara referiu que não havia mais nada a fazer senão retirar aquele ponto, voltar à reunião do executivo e seria introduzido o documento já existente, uma vez que não era abstrato. Portanto, também teria de ir novamente a discussão pública. -----

Usando da palavra, Luís Testa salientou que, naquela matéria, não existia nenhum processo de intenções. Relembrou que a lei obrigava a que a Assembleia Municipal deliberasse sobre uma proposta concreta que contivesse determinados pressupostos legais; no entanto aquela proposta não continha aqueles pressupostos legais. A questão ali não era por haver abertura, ou não, por parte daquela Assembleia, porque se a Assembleia tivesse competência de alteração de um regulamento, não haveria problema nenhum em fazê-lo quanto antes. Portanto, a deliberação era nula, o regulamento era nulo e, no seu ponto de vista era inenarrável o facto de se enviar para publicação, em diário de república, um regulamento que não cumpria os requisitos legais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Solicitando o uso da palavra, Fernando Areias disse que a bancada da CLIP, numa tentativa de agilizar aquele procedimento e para que não houvesse mais atrasos e sem querer desrespeitar a lei, estava disponível para fazer um requerimento à mesa para que se votasse aquele ponto, na condição de que o processo fosse apresentado na sua totalidade, com os pressupostos legais. ----

No uso da palavra, Raul Cordeiro disse que a proposta anterior era uma impossibilidade e tal figura não existia. Relevou o facto de que a proposta a ser votada teria de ser uma proposta finalizada, porque o que ali fosse aprovado não poderia estar condicionado a uma alteração posterior.-----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que a Assembleia Municipal, em caso algum, poderia aprovar um documento na condicional, pela simples razão de que na vida das empresas, dos partidos políticos, das instituições públicas, etc. as circunstâncias alteravam-se e, atualmente, a uma velocidade inacreditável. Obviamente que nada lhe fazia crer que as circunstâncias, relativamente às quais ali estavam a aprovar aquilo na condicional, pudessem ser outras que não se verificassem no futuro, na discussão para completar a condicionalidade no órgão executivo. Portanto, a Assembleia Municipal não podia correr o risco de que a fundamentação fosse diferente daquela que era levada ali, naquela letra. Os juristas ali presentes concordariam que aquilo não teria solução. -----

Usando da palavra, Hugo Capote disse, em nome da CDU, que apesar de terem abertura para resolver aquele problema, lhes parecia que o assunto estaria “ferido de morte”. Portanto, a quem cabia a obrigação de retirar o assunto era quem o tinha proposto. Não seria a Assembleia Municipal que iria retirar um assunto que lhe foi proposto agendar. Disse ainda que a CDU tinha o seu voto condicionado com uma declaração de voto e, daquele modo, não sabia como é que se podia introduzir uma alteração do regulamento que estava, à partida, ferida de morte.-----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que, não havendo nenhuma solução a dar ao assunto, o mesmo seria retirado e voltava à Câmara.-----

O Presidente da mesa informou que o ponto 14 retirava-se da ordem, para uma ida posterior àquela Assembleia. -----

15 – 1ª. revisão ao orçamento da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação de 2013.12.16 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presente a 1.^a revisão ao orçamento da Câmara Municipal. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a 1.^a revisão ao orçamento da Câmara Municipal de Portalegre -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar o respetivo assunto. -----

16 – Projeto de Regulamento da Estação Central de Camionagem;

- Deliberação de 2013.12.16 –

Presente proposta do vereador Nuno Santana, de 03 de dezembro, relativa ao projeto de regulamento da Estação Central de Camionagem. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, nos termos do art.ºs 2.º e 3.º, al. c) do n.º 2 do 23.º e al. k) e ee), ambas do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12/09 e ainda do n.º 5, do art.º 9.º do DL n.º 171/72, de 18/05, aprovar o projeto de regulamento da Estação Central de Camionagem. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que aquele regulamento derivava do anterior que tinha sido retirado. Perguntou como é que era possível estarem a aprovar um regulamento de utilização de um espaço que fazia remissões para um regulamento que não contemplava as circunstâncias? Relembrou que aquele regulamento já tinha sido retirado da ordem de trabalhos, na Assembleia Municipal de setembro passado, por falta de acolhimento no regulamento de taxas. Portanto, uma vez mais, o regulamento era inútil porque fazia remissão para taxas que não existiam, num regulamento que também não existia e que também estava ferido da mesma nulidade. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que, naquele sentido, retirava-se também, como se fez no ponto anterior, uma vez que estavam encadeados. -----

O Presidente da mesa, informou que seriam retirados da ordem os pontos 16 e 17.-----

17 – Contrato de avença a celebrar entre o Município de Portalegre e a Rodoviária do Alentejo, S.A.;

- Deliberação de 2013.12.16 –

Presente proposta do Vereador Nuno Santana de 03 de dezembro de 2013 relativo ao contrato de avença com a Estação Central de Camionagem A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

termos dos artigos 2.º; da alínea c) do n.º 2 do 23.º e ainda da alínea ee) do n.º 1 do 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12/09, aprovar a minuta de contrato de avença com a Rodoviária do Alentejo, S.A. e e remeter o assunto para a Assembleia Municipal, considerando que o mesmo faz parte de um processo global e mais abrangente que deve ser deliberado e aprovado em conjunto. Mais foi deliberado, por unanimidade, proceder à alteração da cláusula 7 ponto n.º 2 passando a mesma a ter a seguinte redação: *“Constitui fundamento para a resolução do presente contrato a violação das obrigações assumidas ou a ocorrência de alguma situação que o Município considere uma prática restritiva da concorrência, nomeadamente a situação de abuso de posição dominante sobre outros transportadores que operem na E.C.C. No caso de resolução do presente contrato a Rodoviária paga o valor unitário ao toque, fixado no Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Portalegre.”*-----

18 – Venda do lote de terreno nº. 159/160/165/166, com a área de 5983 m2, na Zona Industrial de Portalegre à Rodoviária do Alentejo, S.A.;

- Deliberação de 2013.12.16 –

Presente proposta do Vereador Nuno Santana de 03 de dezembro de 2013 relativo à Escritura de Compra e Venda da Rodoviária do Alentejo. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção dos Vereadores Pinto Leite e Miguel Monteiro a título excepcional, nos termos dos artigos 2.º; da alínea c) e m) do n.º 2 do 23.º; da alínea ee) do n.º 1 do 33.º todos da Lei n.º 75/2013 e ainda do art.º 15.º do Regulamento de Venda de Lotes de Terreno para Implantação de Instalações Industriais, Comerciais e ou Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva da Zona Industrial de Portalegre, aprovar, a venda do lote de terreno número 159/160/165/166, com a área de cinco mil novecentos e oitenta e três metros quadrados na Zona Industrial de Portalegre, à Rodoviária do Alentejo, S.A, para reinstalação das oficinas, nos termos e condições constantes da minuta de escritura de compra e venda que se junta em anexo e aqui se dá como integralmente reproduzida para todos os efeitos legais e remeter o assunto para a Assembleia Municipal, considerando que o mesmo faz parte de um processo global e mais abrangente que deve ser deliberado e aprovado em conjunto.-----

Solicitando o uso da palavra, Rui Simplício disse que não podia deixar de associar o ponto 18 ao 19, pois estavam a falar de lotes de terreno da zona industrial, que tinham o regulamento de venda e, portanto, aquela questão da venda dos lotes de terreno 159/160/165/166, com uma área de 5983 m2, por 59,00€, contrariava o regulamento, para uma exploração lucrativa e uma vez que os lotes tinham sido escolhidos pela Rodoviária para montarem as suas oficinas e manterem os postos de trabalho, apesar de terem as oficinas e escritórios a funcionar nas atuais instalações. Portanto, se comparassem tal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

facto com o ponto seguinte, havia uma empresa que pagou o normal, que foi beneficiada e que até a Câmara tinha deliberado ficar com a reserva, porque não criaram os dez postos de trabalho. Em conclusão, não podia aceitar que a Rodoviária Nacional tivesse privilégio, naquele aspeto, porque aqueles lotes, segundo a informação que recolheu, foram lotes que tinham revertido para a Câmara, por não terem sido cumpridos os prazos legais. Disse ainda que, daquele modo, não estavam a ser criados postos de trabalhos, pois já existiam. A não ser que a Câmara tivesse negociado uma troca de instalações com a Rodoviária porque, caso contrário, não via o motivo para se vender por um preço irrisório. -----

Solicitando o uso da palavra, Cristóvão Crespo disse estar confuso com aquela reunião da Assembleia Municipal, por reparar que o PS lidava mal com aqueles processos e, normalmente, criavam problemas aos mesmos. Também via da parte da Câmara Municipal alguma dificuldade em lidar com as respostas àquelas situações. Na sua opinião, tinham ali um equipamento que era fundamental colocar ao serviço da comunidade, valorizando o investimento efetuado e se tinham ali uma série de pontos que iam ao encontro do pretendido não deveriam se ir esgrimir, político-partidariamente, tal situação naquela Assembleia. Em termos da responsabilidade que todos ali tinham, disse não fazer sentido que assim fosse, era inqualificável. Acrescentou que se estava a baralhar as questões, em algo que era urgente resolver. Chamou a atenção para o facto de ter de se encontrar uma saída para a Central de Camionagem, e tinha de se dar importância aos sinais, em termos do desenvolvimento. Apontou a declaração política da CDU, carregada de negativismo, tentando amarfancar e deitar abaixo tudo o que se fazia, porque, na sua ótica deviam era fazer o contrário e valorizar o que se tinha de bom. Ainda em relação ao caso da GNR, disse que todos eram culpados, porque houve uma série de omissões nos processos e, já que o grupo da CDU, que estava sempre atento às coisas, porque não denunciaram que em 2007 o Governo estava a investir na Figueira da Foz, na formação da GNR; assim como o PS disse que iam fazer uma escola de formação em Portalegre mas, ao mesmo tempo, estava a investir 4 ou 5 milhões na Figueira da Foz. Portanto, tinham de se entender no essencial e em termos coletivos, sem se prenderem aos pormenores das questões. Mais disse não saber, em termos jurídicos e com toda a argumentação feita pelo membro Luís Testa, se a legislação que o mesmo citou estaria ainda em vigor. Por último, salientou que a maioria tomava as decisões, tais decisões deviam estar consolidadas para poderem ser aprovadas e a oposição fazia o seu papel de escrutínio e de avaliação das situações, mas não podiam era ficar em “meias águas mortas”.--

No uso da palavra, Hugo Capote realçou que a intervenção anterior valia mais não ter sido feita. Em primeiro lugar referiu que, em 2007, o deputado do PCP João Oliveira tinha denunciado a situação da GNR; em segundo lugar, estavam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ali a tentar resolver um problema que foi deixado por um autarca que o membro Cristóvão Crespo tinha elegido, ou melhor, um Presidente de Câmara que gastou mais de um milhão e meio de euros numa obra sem qualquer tipo de garantia que a Rodoviária a quisesse utilizar. Na sua opinião, tal ato foi um desbaratar do erário público. Mais uma vez salientou que o problema já ia ferido de morte e que, mesmo não sendo jurista, não tinha visto ali qualquer oposição jurídica à posição apresentada pelo membro Luís Testa. -----
O Presidente da mesa entendeu que aquele caso era diferente, tanto mais que tinha sido aprovado, por unanimidade, pela Câmara Municipal. -----

Novamente no uso da palavra, Hugo Capote referiu que não consideravam o ponto 18 igual aos outros três que tinham sido retirados e contrapôs Rui Simplício, ao ter argumentado que a questão da Rodoviária não criou postos de trabalho. A seu ver, não criava postos diretamente mas impedia que outros se perdessem, porque se aquela base operacional saísse de cá, seriam vários os postos que terminariam. Portanto, embora fosse verdade que não criava mais postos mas, por outro lado, justificava o negócio ruinoso que a Câmara fazia com a venda do referido terreno. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que o nome do Mata Cáceres aproveitava, pelo que lhe parecia, a toda a gente. -----

O Presidente da mesa interrompeu Luís Testa para lhe dizer que não achava correto o facto de serem citadas pessoas que não estavam ali presentes. Aconselhou-o a continuar a intervenção dentro dos modos comportamentais adequados, caso contrário ser-lhe-ia retirada a palavra. -----

Solicitando novamente o uso da palavra, Luís Testa referiu que, sem citar o nome, o anterior Presidente da Câmara aproveitava a muita gente, porque alguns dos últimos eleitos iam ali afirmar que não tiveram nada a ver com o passado ruinoso que se proporcionou, bem como aqueles que o ajudaram a eleger-se dizendo que também não tinham nada a ver com aquele passado ruinoso. Mais disse que aquilo que os reunia ali, naquela Assembleia Municipal, para grande inconveniência de alguns, era que as propostas não fossem obtusas, cegas, feitas a uma só voz ou feitas a uma só caneta e aquilo que tinha acontecido, ao longo dos últimos anos, era que os assuntos eram tão difusos e tão incoerentes, assim como as propostas eram tão distorcidas e a Assembleia Municipal era colocada sistematicamente em papéis tão inconvenientes que uma oposição atenta, lúcida e ativa não podia deixar passar em claro. Registava com apreço as farpas lançadas por Cristóvão Crespo, mas havia ali uma circunstância inabalável, ao ter referido que o Partido Comunista estava atento a tantas coisas e não podia ter deixado passar em claro o facto de, em 2007, se terem feito investimentos avultados na Figueira da Foz e chamando a atenção de que não foi no governo PS, e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

membro Cristóvão disse aquilo como se não fosse ator e agente político no mesmo ano de 2007 e, portanto, a incompetência de que acusou o PCP era a sua própria incompetência. Acrescentou que aquela incompetência era, além do mais, dotada de poderes visionários, porque nunca, em nenhum lado, esteve em cima da mesa o encerramento do quartel da GNR, senão naquela altura. Portanto, as pedras que serviram de arremesso, não raras eram as vezes que lhes iam calhar em cima. Referiu que, obviamente, o PS se abstinha naquele ponto, circunstanciando-se pelo facto elencado pelo membro Hugo Capote. Assim como, a questão levantada pelo membro Rui Simplício tinha razão de ser, porque existia uma diferenciação de valores absurda, relativamente a dois conjuntos de lotes e, se de facto, o Município de Portalegre quisesse aproveitar a estrutura exagerada que existia na zona industrial e rentabilizá-la captando investimento, então uma das soluções seria não penalizar circunstâncias iguais e para casos iguais, medidas iguais. O que acontecia era que tinham indicação de valor de mercado diferente para um conjunto de lotes e para outro conjunto de lotes. Acrescentou que a Presidente da Câmara tinha um argumento a seu favor, o qual era válido e honesto, porque era o papel do Município subsidiar o investimento e a localização de uma infraestrutura importante para o Município e era naquela circunstância que percebia a abstenção dos Vereadores do PS, ou melhor, por um lado haver uma discrepância relativamente a circunstâncias iguais, por outro lado, o papel do Município relativamente ao papel de subsidiário do investimento privado. Em conclusão, achava que ambas as posições tinham colhimento. Por último, em relação a uma circunstância da qual ali tinha sido alvo, disse ao Presidente da mesa que tinha passado por inúmeros Presidentes de Assembleia Municipal e nunca teve a contundência e a altercação instigada pela mesa da Assembleia. Salientou o facto de se ter referido, não a um munícipe anónimo, não a uma pessoa que não tivesse tido um papel relevante no governo daquela casa e daquele Município, mas sim ao anterior Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, o Eng.º Mata Cáceres; assim como admitia que naquela casa, sendo um fórum de discussão democrática, pudessem ser referidos os nomes de Aníbal Cavaco Silva, Mário Soares, José Sócrates, etc. e, portanto, a fundamentação do Presidente da mesa para a interrupção à sua alocução não tinha colhimento. Terminou dizendo que a exaltação que se provocou naquela Assembleia Municipal não teve origem na sua intervenção e evidenciou que, desde o primeiro dia, o Presidente da Assembleia tinha uma atitude provocatória para com a sua pessoa, mas que mesmo assim, dificilmente lograria os objetivos que pretendia atingir, porque era naquelas circunstâncias que se distinguia a existência, ou não, de uma coisa chamada educação.-----

O Presidente da mesa, relativamente à intervenção do membro Luís Testa, disse que não poderia ali aceitar determinado tipo de vocabulário, porque a educação também tinha a ver com o vocabulário que se utilizava. Portanto, não se deveriam utilizar, sistematicamente, qualificativos que eram a negação e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

denegação das pessoas. Quanto à última parte do que foi dito pelo membro, achou que era de um domínio tão estranho que nem tinha classificação possível.-----

Em defesa da honra, Luís Testa sublinhou que a natureza auto-justificativa da intervenção do Presidente da Assembleia bastava para a caracterizar.-----

No uso da palavra, Rui Simplício disse que, desde o princípio daquela sessão, assistiram à discussão do orçamento e do plano de atividades, onde a Câmara se queixou, com razão, da nova lei das finanças locais, cortava em muito as possibilidades das Câmaras Municipais que estavam em situação financeira difícil. Contudo, também era verdade o facto de terem de se arranjar receitas. Disse não saber se aquele valor seria irrisório, nem quais as contrapartidas, mas não aceitava chantagens sobre o que quer que fosse. Portanto, o argumento que o Hugo Capote aduziu, em que podiam prever a Rodoviária Nacional, com seis postos de trabalho, mas, a seu ver, podia-se contra-argumentar que com aqueles lotes vendidos poderiam existir outras empresas interessadas, que em vez de se perderem os seis postos de trabalho havia a possibilidade de ganhar 300 postos. Achou que se estava a seguir um caminho errado e a desbaratar o património municipal, no que respeitava à zona industrial, a qual precisava de ser ocupada mas sim com investimentos produtivos para o Concelho. Perguntou se a Rodoviária Nacional dava alguma contrapartida à Câmara Municipal, relativamente àquele valor irrisório que iria pagar. Ou se dava a exploração do edifício onde se encontrava, ou não? Porque, se assim não acontecesse, disse que não podia aprovar a questão, da forma em que era posta. Por fim, frisou que, de acordo com a legislação que estava prevista e com o código de parceria entre o Governo e o PS, havia uma discriminação positiva para o interior e poderiam vir a instalar-se novas empresas no interior, para a criação de postos de trabalho.-----

A Presidente da Câmara disse que a bancada do PS tinha deixado bem explícito o porquê daquela decisão, e entendia que se punha o assunto à votação.-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 2 votos contra, 6 abstenções e 19 a favor, em 27 presenças, aprovar a venda do respetivo lote de terreno.-----

Declaração de voto – PS (Rui Simplício)

Voto contra porque considero que a Câmara de Portalegre ficou prejudicada. Não tenho mais nada a dizer.

Declaração de voto – CLIP (Luís Alentejano)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

É a primeira vez que vou aqui falar e tenho estado a ver como é que isto funciona. Nós estamos a colocar os nossos interesses pessoais e políticos à frente dos bens coletivos. Respondendo ao que foi dito pelo membro Rui Simplício, eu sou empresário na zona industrial e comprei um lote de terreno a 5,00 € o metro quadrado e votei a favor da venda. Eu é que estou prejudicado. O senhor diz que havia uma fábrica com 300 postos de trabalho? Tinha era que ir procurá-la, para vir um empresário aqui investir. Porque isto, aqui, é fácil dizer que não, ou que sim; lá no terreno é pior. Depois há outra situação: a zona industrial é muito grande, qualquer empresa que quer vir para Portalegre tem espaço para se implementar. Outra situação era que, com esta posição que se vai tendo aqui, não se resolve nada. Portalegre é uma zona muito pobre, com pouco investimento e somos muito individualistas, colocamos o bem partidário em detrimento do bem coletivo. Não lutamos todos pelo mesmo objetivo e, enquanto assim for, isto não avança para lado nenhum. Eu dou um exemplo: votei a favor destes terrenos, mesmo sem saber onde é que são, mas eu comprei, anteriormente, a 5,00 € o metro quadrado; portanto, estou a por o bem coletivo à frente do meu bem pessoal. Não admito que esteja aqui alguém a dizer que é um erro para Portalegre estes lotes serem aprovados agora, para venda à Rodoviária.

Rui Simplício, em defesa da honra disse que a sua declaração de voto provocou uma reação e não propriamente uma outra declaração de voto. Obviamente, todos estavam ali no seu direito, mas ele também estava no seu. O mundo não era preto nem era branco, era preto e branco. Existiam opiniões diferentes e, portanto, registou e respeitava a opinião mas agradeceu que também respeite a sua. -----

Em defesa da honra, Luís Alentejano disse que era por causa daquelas atitudes que muitas das empresas estavam em Castelo Branco, podendo estar cá em Portalegre. -----

19 – Pedido da empresa A. Brito & Brito, Ld.^a para cancelamento do ónus de inalienabilidade pelo prazo de 7 anos a contar da data da celebração da escritura, previsto no n.º 1 do art.º 7.º do Regulamento de Venda de Lotes de Terreno na Zona Industrial de Portalegre, bem como autorizar a título excecional a venda, sem aplicação do ónus previsto no n.º 2 do art.º 7.º no mesmo regulamento. Intenção de isentar a Firma Visiontech ou empresa por esta indicada, do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis;

- Deliberação de 2013.12.18 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presente informação nº 4113 do Serviço de Património, de 13 de dezembro de 2013, referente ao lote 359 da Zona Industrial. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar o cancelamento do ónus de inalienabilidade, sob condição da realização do negócio com a Visontech ou por empresa por esta indicada, que impende sobre o lote 359 do Loteamento Municipal da Zona Industrial de Portalegre, descrito na conservatória do registo Predial sob o nº 2200, da freguesia da Sé, deste concelho, e inscrito na matriz predial sob o artigo nº 4592, da união de freguesias da Sé e São Lourenço, e remeter o assunto à Assembleia Municipal, para a título excepcional ser autorizada a venda antes de decorridos os sete anos sem aplicação do ónus previsto no n.º 2 do art.º 7 do Regulamento de Venda de Lotes da Zona Industrial de Portalegre. Foi ainda deliberado, por unanimidade, não devolver a caução prestada pela bonificação referente à criação de postos de trabalho, no valor de 5.022,00 €, uma vez que não foram cumpridos os pressupostos elencados no regulamento de venda de lotes da Zona Industrial. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, a intenção de isentar a Visontech ou empresa por esta indicada (caso sejam cumpridas todas as obrigações constantes do requerimento apresentado e que se anexa à presente ata), do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), relativo à transação do lote 359 do Loteamento Municipal da Zona Industrial de Portalegre, descrito na conservatória do registo Predial sob o nº 2200, da freguesia da Sé, deste concelho, e inscrito na matriz predial sob o artigo nº 4592, da união de freguesias da Sé e São Lourenço, e remeter o assunto à Assembleia Municipal. Mais deliberou por unanimidade, informar a Visontech que o lote 359 do Loteamento Municipal da Zona Industrial de Portalegre, beneficia de uma redução de 30% do valor devido pelo Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).-----

No uso da palavra, Hugo Capote solicitou esclarecimento em relação àquele ponto, de modo a saber se seria mesmo a Visontech que se iria alojar naquele lote que era da A. Brito & Brito, Ld.^a, ou se seria uma outra empresa que iria ser formada ainda.-----

Em resposta, a Presidente da Câmara disse que era uma empresa que iria ser formada, com sede em Portalegre, mas era a Visontech. -----

Novamente no uso da palavra, Hugo Capote perguntou se a autarquia estaria a vender à Visontech, ou a permitir que a empresa A. Brito & Brito vendesse à Visontech? Se fosse o caso da A. Brito & Brito vender, haveria depois alguma transmissão daquele lote para a outra empresa a seguir, ou a Visontech ficaria já sempre proprietária do lote onde iria alojar a outra empresa? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara disse que seria a empresa A. Brito & Brito a vender o lote à Visiontech. Em princípio, seria uma empresa que iria ser formada, com sede em Portalegre, que era promovida pela Visiontech. -----

No uso da palavra, Raul Cordeiro questionou se existia algum compromisso formal, escrito, sobre aquilo. A Presidente estaria em condições de garantir, com certeza absoluta, se se iria efetivar? -----

Novamente no uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que certezas absolutas ninguém tinha na vida. Contudo, tinha sido feito um esforço enorme, tanto da parte da Câmara, como da Direção Regional da Economia, no sentido de viabilizar aquele processo. O que podia garantir era que foi enviada uma carta, a qual estava anexa aos documentos, quase de compromisso, em como iriam ter ali a implementação de uma fábrica de lentes intraoculares, no próximo ano, começando com 20 postos de trabalho, indo até 2017 com cerca de 50 postos, e que também empregaria mão-de-obra qualificada por se tratar de uma unidade de biotecnologia. Disse ainda que a importância daquela empresa não valia só por si, porque irá também, tanto a montante, como a jusante, movimentar outras empresas. Portanto, estava-se a falar de toda uma dinâmica e de mais postos de trabalho, que se podia gerar à volta daquela empresa. -----

No uso da palavra, Luís Testa não sabia, concretamente, se deveria felicitar ou a Câmara de Portalegre, ou a Direção Regional da Economia, ou duas das três entidades, ou até as três entidades, porque a vida económica do Concelho fazia-se daquilo mesmo e empresas atraíam empresas, bem como pessoas atraíam pessoas. Portanto, registou o facto de que aquele pudesse ser um sinal ténue de uma inversão prolongada do definhamento económico do Concelho de portanto e fazia fé para que assim fosse. Relativamente à desoneração dos lotes, referiu que era com base naquela mesma questão de fé que iria votar a favor da mesma, pois não tinham sido raras as vezes que a Assembleia Municipal de Portalegre, o Município, foram ludibriados com pedidos de desoneração de lotes, os quais podia identificar, assim como os requerentes da desoneração e as pessoas que, em benefício próprio, prejudicaram o interesse coletivo, prejudicando financeiramente o Concelho de Portalegre. Provavelmente a Presidente da Câmara não se recordaria, mas não era demais lembrar de quem se tratava: o Hotel à beira da estrada, o stand de automóveis que deveria ser para alargar a atividade mas que no mês seguinte transmitiu a posse dos dois lotes, etc. Portanto, fazendo fé na instalação daquela unidade industrial no Concelho, obviamente que votaria a favor da desoneração dos lotes. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar o respetivo assunto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Declaração de voto – CDU (Hugo Capote)

Também acreditamos que o negócio se vai fazer e que se vai instalar a empresa e criar os postos de trabalho, mas gostaríamos que não houvesse sempre uma nuvem negra a pairar no meio destas questões e que tudo fosse o mais transparente possível. Porque é que, simplesmente, a empresa não compra o lote e se instala e trabalha com o nome dela? Mas o capital tem sempre estas questões.

Declaração de voto – CLIP (Fernando Areias)

Eu só registo, a CLIP regista que a mesma boa-fé que o PS e a CDU tiveram na votação deste ponto, que também tivessem tido na questão do regulamento das taxas da Central de Camionagem.

Declaração de voto – PS (Luís Testa)

Há aqui uma confusão objetiva, relativamente ao propósito. Aqui pode-se entender por uma questão de fé, relativamente ao que nos leva a votar de determinada maneira. A CLIP entende que relativamente à outra matéria também era uma questão de fé, mas não, é uma questão de legalidade. Não há fé, por muito ardente que seja, que ultrapasse a lei dos homens.

Declaração de voto – CDU (Diogo Júlio)

A bancada da CDU não votou este último ponto por uma questão de fé, nós não somos homens de fé, somos de convicções. E, por isso, votámos convictos que possa ser possível alterar o ciclo de Portalegre, em que nos últimos dez anos, fecharam empresas e não abriu nenhuma. Portanto, é nessa convicção que nós estamos a votar esta matéria.

Aprovação em Minuta:

O Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à Minuta da Ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

FALTAS: Não houve faltas a registar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa, encerrada a 1.^a sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 02.20 h, do dia 28 de dezembro do ano de 2013 e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----